

# **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA**

**Audição Parlamentar sobre Reorganização Curricular  
(18 de Janeiro de 2012)**

O Sr. **Presidente** (José Ribeiro e Castro): - Minhas Senhoras e Meus Senhores: Como Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, dou as boas-vindas a todos os que quiseram participar nesta audição pública e cumprimento os meus colegas, Vice-Presidente e Deputados dos diferentes grupos parlamentares, em particular a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria José Castelo Branco, que é a coordenadora do Grupo de Trabalho que se ocupa especificamente desta matéria e que conduzirá a audição.

Peço-vos desculpa, mas há um outro evento que coincide, em parte, com a realização desta audição pública, que é uma audição conjunta com outras comissões sobre uma matéria que se cruza com a nossa no âmbito de política cultural, pelo que terei de me ausentar para participar nesse outro evento cujo início, inicialmente marcado para o final da manhã, foi antecipado para as 10 horas.

De qualquer forma, estão presentes Deputados dos diferentes grupos parlamentares que acompanharão este debate.

Gostaria de dizer que a realização desta audição foi debatida na Comissão de Educação, Ciência e Cultura, por iniciativa de diferentes grupos parlamentares — PS e PCP —, que apresentaram requerimentos nesse sentido, mas que não foram aprovados. Realizámos uma audição, em primeiro lugar, como saberão, com o Ministro da Educação, que esteve há poucos dias numa sessão da Comissão, esclarecendo e respondendo às questões dos diferentes grupos e foi o Grupo de Trabalho, que já tínhamos constituído para se ocupar das questões de currículos escolares, que assumiu o acompanhamento mais especializado e mais direto, em representação da Comissão, desta matéria e que ajustou o seu objeto e o seu âmbito para enquadrar a proposta que entretanto o Governo apresentou a público.

Já recebemos vários contributos por escrito, que serão analisados, em primeiro lugar, pelo Grupo de Trabalho e, depois, pela Comissão — aliás, à data de ontem, na última consulta que fiz, já tínhamos recebido 20 contributos escritos —, contributos esses que agradeço aos cidadãos, às associações, aos diversos agrupamentos de escolas, aos sindicatos, etc., sendo que, hoje, temos aqui a oportunidade de poder debater os pontos suscitados pela proposta do Governo e ouvir sugestões e observações que nos queriam transmitir.

Queria apenas recordar, para colocar, como se diz em linguagem desportiva - o desporto é também uma das nossas competências - «a bola no chão», os propósitos enunciados pela proposta governamental.

Diz o Governo que «os pressupostos que orientam as medidas propostas assentam na definição de objetivos claros, rigorosos, mensuráveis e avaliáveis, reorientando o ensino para os conteúdos disciplinares centrais». Este é um dos objetivos da proposta do Governo.

Das propostas apresentadas, o Governo destacou as seguintes, e cito o texto de apresentação do Governo: «Continuidade do apoio ao estudo no 1.º ciclo (...); garantia de uma aprendizagem mais consolidada da língua inglesa (...); substituição da disciplina de Educação Visual Tecnológica pelas disciplinas de Educação Visual e de Educação Tecnológica, no 2.º ciclo (...); prestação de maior apoio ao aluno, através da oferta de apoio diário ou estudo no 2.º ciclo; antecipação da aprendizagem das Tecnologias de Informação e Comunicação (...); aposta no conhecimento estruturante, mantendo o reforço da Língua Portuguesa e da Matemática; eliminação do desdobramento em Ciências da Natureza, no 2.º ciclo (...); aposta no conhecimento científico através do reforço de horas de ensino nas ciências experimentais no 3.º ciclo do ensino básico (...); alteração do modelo de desdobramento de aulas nas ciências experimentais do 3.º ciclo, através de uma alternância entre as disciplinas de Ciências Naturais e de Físico-Química; valorização do conhecimento social e humano (...); eliminação da disciplina de Formação Cívica nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no 10.º ano (...); manutenção do reforço da carga horária nas disciplinas bienais da formação específica no ensino secundário, de Física e Química e Biologia e Geologia; atualização do leque de opções da formação específica, no ensino secundário (...); focalização da atenção do aluno no conhecimento fundamental (...); maior liberdade para a escola na decisão da distribuição da carga horária ao longo dos ciclos e anos de escolaridade; maior rigor na avaliação, através, nomeadamente, da introdução de provas finais no 6.º ano».

Estes são os objetivos e pressupostos enunciados pelo Governo nas medidas que propôs e, naturalmente, por um lado, cabe-nos apreciar se as medidas correspondem ao sentimento de quem hoje participa nesta audição e, por outro lado, os Deputados debaterão entre si se as propostas correspondem ou não aos pressupostos enunciados e aos objetivos propostos.

Um das últimas palavras para destacar quão importante é para o País, sobretudo para as novas gerações, a qualidade do sistema de ensino e a qualidade das aprendizagens.

Dizemos, muitas vezes, que o futuro passa pela educação, e não é um futuro abstrato é o futuro das novas gerações, que, dentro de 10, 15 ou 20 anos, dependerá, desde logo, da qualidade das aprendizagens que lhes são proporcionadas pelo ensino, nomeadamente pelo sistema público de ensino, pela escola democrática em todo o País.

Nós acompanhamos diferentes mecanismos de avaliação do nosso desempenho como País, quer dos alunos, quer dos professores, nomeadamente através dos relatórios do PISA no quadro da OCDE. Aliás, ainda recentemente, pudemos apreciar um importante instrumento proporcionado pelo Conselho Nacional de Educação, que é o Relatório sobre o Estado da Educação em Portugal, documento esse que acabou de sair e é relativo ao ano de 2011 e que nós também apreciámos em sede de Comissão de Educação, Ciência e Cultura, no qual as questões curriculares e a sua incidência no aproveitamento dos alunos são uma matéria central.

Renovo, uma vez mais, os meus agradecimentos, como Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, e expresso a satisfação por termos uma sala tão repleta e que dará, certamente, mais vida aos contributos que recebemos por escrito, através do debate oral que hoje se processará.

Desejo o maior sucesso aos vossos trabalhos de hoje, nomeadamente à condução que será feita pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria José Castelo Branco e pelos meus colegas dos diferentes grupos parlamentares que compõem a Mesa, e renovo o meu pedido de desculpas por ter de me ausentar daqui a pouco.

Passo, então, a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria José Castelo Branco, para coordenar os trabalhos.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Muito bom dia a todos. Antes de mais, quero agradecer a vossa presença e espero que possam tirar partido da oportunidade que está a ser criada, já que não estava aberta à discussão pública qualquer proposta de revisão curricular desde 2004

A discussão pública terá lugar até ao final deste mês e, nomeadamente, neste momento, nesta audição pública, numa fase em que a revisão curricular está a ser discutida em termos estruturais, todos são chamados a dar os seus contributos, sob a forma de críticas, sugestões, etc.,

Queria chamar a atenção de todos para o seguinte: vai circular uma folha para que todos os que pretendam usar da palavra se possam inscrever, para que possamos ter uma ideia do número de inscrições, a fim de fazermos uma gestão mais correta do tempo.

Não posso deixar de referir, também, que temos forçosamente de valorizar nesta intenção, no que está por trás deste momento de revisão curricular, que o substrato e as ideias que lhe estão subjacentes já faziam parte do Programa do Governo e do Orçamento do Estado para 2012.

Chamava ainda a vossa atenção para dois pressupostos basilares nesta gestão, que têm a ver, precisamente, com melhorar a qualidade do que se ensina e do que se aprende e constituir uma geração de elevada competência, adequando a oferta formativa às necessidades do País.

Depois da apresentação que foi feita em dezembro, creio que foi criado o espaço suficiente para quem quer, efetivamente e de forma construtiva, participar. Vamos, portanto, ouvir os intervenientes.

Agradeço, então, que façam as vossas inscrições para podermos dar início aos nossos trabalhos.

*Pausa.*

Uma vez que temos muitas inscrições, agradecia que tivessem em atenção o tempo de intervenção. É, pois, necessário algum rigor na gestão desse tempo, que não deverá ultrapassar os 5 minutos por interveniente, caso contrário corremos o risco de ter de começar a encurtar os tempos.

*Pausa.*

Peço desculpa, mas antes de dar a palavra ao primeiro interveniente, tenho de fazer uma correção e informar que o tempo de que os intervenientes dispõem terá de ser encurtado, não podendo exceder os 2 minutos, dado o elevado número de inscrições.

Tem, então, a palavra o Sr. António Ponces de Carvalho, representante da Associação de Jardins Escola João de Deus da Escola Superior de Educação João de Deus.

O Sr. **António Ponces de Carvalho** (Escola Superior de Educação João de Deus) (1): -  
Muito bom dia.

Se me permitem, queria começar por felicitar a Comissão de Educação, Ciência e Cultura por esta oportunidade, que é realmente importante.

Antes de entrar nos aspetos específicos sobre a revisão curricular, gostaria de fazer duas ou três considerações prévias.

Infelizmente, Portugal, desde há muitos anos, ainda não deixou de estar na cauda da Europa em matéria de educação. Não é possível conseguirmos resolver o problema económico e social do País enquanto tivermos estes dados da educação que estão bem patentes no estudo que o Sr. Presidente da Comissão acabou de frisar, quer nos resultados do PISA quer nos resultados do relatório do Conselho Nacional de Educação.

Como é possível o País competir com os nossos parceiros europeus quando só 38% - dados do Ministério da Educação - da nossa população termina o 12.º ano e, desses 38%, muitos, se calhar, têm um diploma que não corresponde às reais capacidades que um jovem do 12.º ano deveria ter para ter sucesso na vida? De facto, esse jovem tem um diploma de sucesso escolar, mas não tem um diploma de sucesso na vida.

Como é que é possível um País ter cerca de 44% dos alunos do ensino básico com nota negativa a Língua Portuguesa, a língua mãe?! Quer falada, quer escrita, quer em termos de interpretação — estou a referir-me a dados resultantes da avaliação das provas de aferição.

Portanto, os dados da educação, em Portugal, deveriam obrigar a que todo o País - professores, Assembleia da República, diversos agentes educativos, sindicatos -, em vez de andar a discutir problemas corporativos, interesses deste ou daquele professor, interesses político-partidários, tornasse em verdadeiro desígnio nacional a necessidade de qualificar e de

dar aos nossos alunos e aos nossos jovens as capacidades, as destrezas, as habilidades, os valores e as atitudes que lhes permitam ter sucesso na vida.

Por exemplo, em relação à questão dos 38%, vemos que os nossos parceiros europeus têm percentagens da ordem dos 80%, 86% e 90%. Nós estragamos a média da União Europeia: quando a média desce para 79% é por causa dos 38% portugueses. E volto a dizer que muito se conseguiu à custa de diplomas que não correspondem à realidade das necessidades dos alunos.

Portanto, urge dar verdadeira autonomia às escolas, mas autonomia responsável. O que temos verificado é que, por um lado, as escolas não têm autonomia e, por outro lado, não são verificados os resultados dos alunos nessas escolas.

Vejo os casos da Inspeção-Geral da Educação ou da segurança social, que meramente vão ver papeis — número de alunos, m<sup>2</sup> por sala, superfície a iluminar — e se, realmente, o regulamento interno cumpre esta ou aquela alínea. Depois, ninguém vai verificar se, na realidade, essa alínea que está ou não relatório se cumpre no dia-a-dia da escola e ninguém vai verificar os resultados dos alunos. A Associação tem 50 centros educativos e nas inspeções feitas nunca foram verificados os resultados dos alunos, o desempenho escolar dos alunos, as aquisições educativas dos alunos.

Peço desculpa por ter excedido o tempo, mas já que se abriu a discussão, é altura de pensar na educação como um todo, que não é possível um País conseguir ir para a frente com a mudança sistemática de Governo, com a mudança sistemática de orientações. Talvez tenhamos de repegar na ideia do Eng.º Guterres, de um pacto educativo, em que todas as forças definam para onde é que querem ir.

Concretamente, no que respeita à questão do currículo.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Agradecia que tivesse em conta o tempo de intervenção, que já vai em 4 minutos.

O Sr. **António Ponces de Carvalho** (Escola Superior de Educação João de Deus): - Sr.<sup>a</sup> Coordenadora, termino já, falando apenas do currículo.

No passado, tivemos esta tendência — que é ótima para arranjar emprego a pessoas — de incluir no currículo uma série de disciplinas para tudo e mais alguma coisa. Por exemplo, a Formação Cívica não deve ser uma disciplina única, deve estar integrada, deve ser função intrínseca de todas as outras: a formação cívica deve ser dada na Língua Portuguesa, na Matemática, em qualquer unidade curricular.

Há dias, num programa na televisão sobre esta matéria, dei vários exemplos de como é possível a formação cívica estar integrada nas outras disciplinas. Na disciplina de História, quando se discute, por exemplo, a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, pode discutir-se a questão do *apartheid*,

a questão do Holocausto e toda uma série de aspetos que têm a ver com a tolerância e com o respeito pelo outro.

Portanto, não é por usarmos mais uma ou menos uma disciplina que se salva a desgraça nacional na educação.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem a palavra ao Professor João Dias da Silva, da Federação Nacional de Educação.

O Sr. **João Dias da Silva** (Federação Nacional de Educação) (2): - Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, muito bom dia.

Queria saudar a Comissão pela iniciativa que está a tomar quanto à realização desta audição. Gostaríamos que também no Conselho Nacional de Educação houvesse uma réplica de debate, onde este órgão pudesse assumir a análise que faz desta proposta, como aconteceu noutras oportunidades anteriores, em que, perante propostas de revisão curricular, o Conselho Nacional de Educação teve oportunidade de transmitir as suas ideias, muitas das quais poderíamos retomar nesta altura, em que, mais uma vez, estamos perante uma proposta de reforma curricular que aparece desenquadrada e limitada por condicionantes que são orçamentais.

Neste momento, relativamente a estas matérias, consideramos que há aspetos positivos e aspetos negativos.

Desde logo, é positivo que se faça o debate. É bom que haja debate, é bom que haja disponibilidade para acolher aqueles que forem os contributos do debate e que, a seguir ao debate, haja a reformulação da proposta, para que não estejamos em presença de um simulacro de debate - não nos passa pela cabeça que isso esteja a acontecer —, mas, sim, de um debate efetivo e uma adequação das propostas apresentadas.

Consideramos negativa, por outro lado, a insuficiência de enquadramento relativamente a esta proposta. Isto porque a escola não se resume ao currículo. Percebo que se diga que vamos só analisar o desenho curricular, mas o debate do desenho curricular fica pobre se não temos em linha de conta o lugar e o papel do currículo na responsabilidade global da escola, na formação dos jovens, no assumir de que todos têm direito a estar na escola e a terem sucesso, respeitando as diversidades de cada um dos alunos e de cada uma das alunas.

Portanto, há que apostar num desenho curricular relativamente ao qual sabemos quais são as metas, os objetivos de aprendizagem e qual é o seu enquadramento em relação ao entendimento da responsabilidade da escola, uma escola que se quer, obviamente, de qualidade, que trabalha no sentido das aprendizagens, que proporciona aprendizagens, que faz com que os alunos tenham sucesso nas aprendizagens que devem fazer na escola para a diversidade de situações na vida, e uma escola que tem de ser de equidade.

No caso concreto de Portugal, a escola tem de responder ao contexto social português, um contexto onde há famílias com muitas dificuldades de enquadramento dos seus jovens, em que há dificuldades em saber o que acontece aos jovens se encurtamos o tempo curricular, o que acontece aos jovens no tempo que decorre entre menos tempo curricular e a capacidade que a família tem de acolher as suas crianças e os seus jovens.

Certamente, outros colegas falarão sobre questões mais concretas da proposta do Governo. Neste momento, deixava apenas, para não esgotar o tempo - já o ultrapassei, peço desculpa - estas apreciações genéricas globais.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem a palavra o Professor Jorge Santos, também da Federação Nacional de Educação.

O Sr. **Jorge Santos** (Federação Nacional de Educação) (3): - Começo por cumprimentar a Comissão, todos os Srs. Deputados, bem como todos os presentes.

Gostaria, primeiro, de saudar a Comissão pela iniciativa que teve relativamente a esta matéria e, segundo, trazer algumas notas sobre a posição da Federação Nacional de Educação relativamente a esta revisão curricular proposta pelo Governo.

Na nossa opinião, estamos na presença de uma revisão curricular conjuntural, episódica e voluntarista, cujo único objetivo é a redução de encargos ao nível de recursos humanos.

Desde logo, esta revisão ignora que, em 2012/2013, o ensino secundário passará a integrar a escolaridade universal obrigatória, o que significa mudanças estruturantes ao nível das aprendizagens e das ofertas formativas que nesta proposta não estão concretizadas.

Depois, nas disciplinas de carácter prático, defendemos que deve ser mantida a possibilidade de desdobramento, nomeadamente no que diz respeito à questão da Educação Visual e Tecnológica com a existência dos dois professores.

Também temos reserva em relação à integração das TIC no âmbito da educação tecnológica, porque embora consideremos positiva a antecipação das aprendizagens das Tecnologias da Informação e Comunicação, entendemos que deve ser acautelada a formação e experiência de todos os docentes que trabalham agora e que estão afetos ao 3.º ciclo, nestas áreas.

Discordamos, ainda, da eliminação do desdobramento das disciplinas de ciências da natureza no 2.º ciclo, nomeadamente no que diz respeito à atividade experimental, que, na nossa opinião, não pode ser efetuada com turmas de 28 alunos, quer pela extensão das turmas quer pela exiguidade até dos próprios materiais e instalações.

Entendemos também, no que concerne às ciências experimentais e no que respeita ao 3.º ciclo, que falta conhecer a questão da forma como vai fazer-se o desdobramento das turmas, que é referido na proposta de revisão curricular.



Para nós, é positiva a preocupação de se definirem patamares rigorosos na avaliação, através da introdução de provas finais no 6.º ano e do estabelecimento do regime de precedências entre o ensino básico e o ensino secundário. Consideramos, contudo, que, tendo havido, ao longo dos anos, alteração das políticas de avaliação dos alunos, importa esclarecer os referenciais que vão estar subjacentes à avaliação e que se vierem a registar.

Face a todas estas questões e uma vez que o tempo disponível para debate é exíguo, consideramos que se deveria procurar que os principais intervenientes neste processo fossem mais mobilizados para esta discussão.

Vou terminar, fazendo apenas referência a alguns aspetos que nos parecem importantes e que o diploma não contém. Refiro-me, nomeadamente, à questão da formação inicial e da formação contínua dos docentes, porque uma reforma curricular como esta implica alterações a esse nível e o diploma não o refere.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Agradecia que terminasse, por favor.

O Sr. **Jorge Santos** (Federação Nacional de Educação): - Termina num minuto.

A revisão curricular é um instrumento de execução de uma ideia e de uma conceção de escola e de sociedade. Intervir ao nível do currículo impõe, no nosso entendimento, que se esclareçam os fins, as metas educativas e o tipo de formação que se pretende promover, o que, na nossa perspetiva, falta clarificar.

Impõe-se perceber e definir as metas e os conteúdos que o currículo proporciona, o que significa também repensar a extensão dos programas e a quantidade dos mesmos no sentido de assegurar o desenvolvimento de todos e cada um, tendo em conta, também, que cada aluno é um particular e necessita de um tratamento especial.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem a palavra o Professor José Calçada, Presidente da Direção do Sindicato dos Inspectores da Educação e do Ensino.

O Sr. **José Calçada** (Direção do Sindicato dos Inspectores de Educação e do Ensino) (4): - Sr.<sup>a</sup> Coordenadora, fui professor 11 anos, mas agora sou inspetor. Isto não abona, mas é assim!

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que é lamentável que as pessoas sejam forçadas, porque não têm alternativa, a ultrapassar o tempo que lhes é concedido. O Sr. Ministro decidiu que este debate se faria até ao final do mês, ou lá o que é... Até já nem me lembro bem, com férias de Natal, etc., etc. E esta Comissão, que devo relevar por ter tido esta iniciativa, acaba por dar uns segundos, se se quiser ser rigoroso, a cada pessoa. Não pode ser! E com isto já esgotei 39 segundos, o que me preocupa.

Só há uma vantagem nisto, que é a seguinte: em bom rigor, nós não vimos discutir o que quer que seja, porque não existe! Não posso discutir uma revisão ou uma reorganização curricular quando estou perante uma coisa que é inexistente. Não estamos perante uma revisão, nem uma reorganização curricular.

Portanto, não se trata sequer de concordar ou discordar, trata-se apenas de constatar. De facto, nestas matérias, é preciso estabelecer uma relação entre conteúdos e continentes — passo a publicidade ao Continente —, porque sem explicitar conteúdos não posso avançar para os continentes, e o que o Governo faz é avançar para continentes sem dizer antes quais são os conteúdos.

Ora bem, é como pretender armazenar gelo ou água quente, independentemente do sítio onde os coloco. É preciso saber se quero gelo, se quero água quente, ou se quero outra coisa qualquer! A única coisa que conheço assim do dia-a-dia, que armazena gelo e água quente sem grandes dramas, é a garrafa-termo. Mas ninguém pergunta a opinião à garrafa-termo sobre essa matéria: mete-se lá o gelo, mete-se lá a água quente e ela aguenta-os.

A escola não é uma garrafa-termo, não é um objeto passivo, os docentes também não são garrafas-termo, não são objetos passivos, são sujeitos do seu próprio trabalho. E, neste quadro, avançar para esta coisa a que se chama pomposamente de «revisão e reorganização curricular», sem antes se definirem conteúdos e fazer um debate sério, não é sério.

A única questão objetiva que salta aos olhos, como consequência desta chamada «reorganização e revisão», é o lançamento de milhares de docentes no desemprego. É a única coisa clara!

Olhando para os números, para a desgraça do nosso sistema educativo, nós não temos docentes a mais; o que temos, sim, é sistema educativo a menos. Claro que para este sistema, com o caminho que ele está a seguir, qualquer dia, qualquer professor está a mais! Ficaremos espantadíssimos quando, ao entrar numa escola — qualquer um de nós, inspetores —, encontrarmos lá um professor: «Olha, ainda há aqui um!».

Para este modelo, repito, qualquer professor, qualquer dia, está a mais! Portanto, o problema é de outra natureza. Este modelo não é aceitável no caminho que estamos a traçar.

Sabemos que atirar dinheiro para cima das coisas não resolve os seus problemas — não temos dúvidas quanto a isso —, mas uma coisa é atirar dinheiro para cima para os resolver, outra coisa bem diversa é cortar em 2011/2012, em dois anos, nada menos do que 2,3 milhões de euros!

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Queira fazer o favor de concluir.

O Sr. **José Calçada** (Direção do Sindicato dos Inspetores de Educação e do Ensino): - Termina já, Sr.<sup>a</sup> Coordenadora. Sei que já vou com 1 minuto e 24 segundos a mais...

Os inspetores, como é óbvio, não podem deixar de se preocupar com esta perspetiva, porque andamos nas escolas quotidianamente e estas coisas vão ter implicações muitíssimo graves no quotidiano das escolas e vão cair, necessariamente, sobre os inspetores.

Muito obrigado pela vossa atenção.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Devo dizer que eu não renego a minha posição de professora.

O Sr. **José Calçada** (Direção do Sindicato dos Inspetores de Educação e do Ensino): - Não se trata de renegar, é que não sou, pelo que se trataria de uma falsa declaração. É só isso. Ainda apanhava dois ou oito anos, e eu não quero!

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem a palavra o Professor. David Rodrigues, da Associação Nacional de Docentes de Educação Especial (ANDEE).

O Sr. **David Rodrigues** (Associação Nacional de Docentes de Educação Especial) (5): - Em primeiro lugar, queria saudar esta iniciativa, mas também tornar clara a insuficiência do tempo atribuído para a audição.

Realmente, as questões que podemos enumerar são muito insuficientes, porque precisam de contraditório, de debate, etc. Mas, de qualquer maneira, é bom que não só se ouça, mas também se escute e, portanto, esperamos ser escutados e que estas questões possam ter algum seguimento mais tarde.

Vou falar, muito rapidamente, sobretudo em quatro aspetos relativos à questão dos alunos com necessidades educativas especiais e da educação especial. É com isto que a Associação de que faço parte se preocupa.

Em primeiro lugar, queria dizer que, quando pensamos num currículo, o currículo, ao contrário das casas, é construído de cima para baixo e não de baixo para cima. O currículo faz-se a partir dos objetivos, isto é, não podemos construir qualquer currículo, que tenha qualquer tipo de utilidade, se não soubermos para onde vamos. E não basta dizer que os objetivos são claros, rigorosos, mensuráveis e avaliáveis, porque isto é ser juiz em causa própria, ou seja, é o próprio objetivo que diz, de si próprio, que é claro, rigoroso, mensurável e avaliável. O que precisamos é que sejam realmente isso e, antes de mais, que sejam explícitos. E, realmente, nota-se um grande problema de clareza em relação a este documento.

Em segundo lugar, queria questionar a matéria das disciplinas estruturantes. E, fazendo uma longa conversa curta, quero dizer que, para todos os alunos, mas, em especial, para os alunos com necessidades educativas especiais, qualquer disciplina pode ser estruturante.

Qualquer uma! Pode ser Educação Física, pode ser Educação Musical, pode ser Ciências da Natureza, e não só o «pai» e a «mãe», isto é, o «pai» Matemática e a «mãe» língua.

Em terceiro lugar, gostava de falar da questão do apoio ao estudo e dizer que é muito importante sabermos se este apoio ao estudo é, efetivamente, um apoio dado a favor da equidade da educação, porque todo este documento está voltado para uma perspetiva de qualidade na educação, que se soma à excelência.

Ora, é muito bom dizer, e já aqui foi citado o PISA (*Programme for International Student Assessment*), que nos ensina isto muito bem, que são os países que têm maior equidade que têm, também, maior excelência; isto é, não é possível perspetivar a qualidade da educação sem estas duas partes, que são a excelência, por um lado, e a equidade, por outro.

O que gostaria de saber é se esta perspetiva do apoio ao estudo, as tais cinco horas, funciona efetivamente a favor da equidade.

Obviamente, vou terminar, aliás, já ultrapassei em 45 segundos o tempo de que dispunha, dizendo apenas que tenho uma preocupação que gostava que ficasse aqui registada: como se está a preparar a escolaridade obrigatória de 12 anos para os alunos com necessidades educativas especiais? Neste momento, existe um enormíssimo silêncio, pelo que, certamente, vamos ter uma perspetiva de bombeiros e vamos descobrir, à última da hora, que temos de tratar deste assunto em cima dele. É preciso começarmos a pensar, desde já, neste assunto.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem, agora, a palavra o Professor Miguel Barros, da Associação de Professores de História (APH).

O Sr. **Miguel Barros** (Associação de Professores de História) (6): - Sr.<sup>a</sup> Coordenadora, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Vou ser o mais rápido possível, até porque escrevi o texto.

Antes de mais, a Associação de Professores de História congratula-se com o aumento da carga horária para a disciplina. Todavia, a nossa posição é a de que a distribuição das horas não deve ser deixada ao critério das escolas, deve ser a tutela a defini-la, porque, se for deixada ao critério das escolas, pode não respeitar a equidade nas aprendizagens entre todos os alunos portugueses.

Preocupa-nos, ainda, a formação inicial dos professores - continua a preocupar-nos -, que, neste momento, é conjunta entre História e Geografia e entendemos que tal põe em causa a qualidade do ensino da História.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem a palavra a Professora Emília Lemos, da Associação de Professores de Geografia (APG).

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Lemos** (Associação de Professores de Geografia) (7): - Sr.<sup>a</sup> Coordenadora, Srs. Deputados: Muito obrigada por mais esta iniciativa.

Muito rapidamente, congratulamo-nos também, claramente, com o facto de esta proposta dar mais tempo letivo à Geografia - serão, eventualmente, mais 45 minutos -, porque a falta de tempos letivos, nas disciplinas que têm apenas um bloco por semana (e não é só Geografia mas todas), significa, às vezes, quando há feriados ou outras coisas, não ver os alunos durante quase um mês. Eu, que sou professora no ensino secundário, noto que isso está a afetar os alunos que me chegam ao nível do 10.º ano.

Em relação ao que disse o nosso colega de História, também pensamos que a tutela deve recomendar que, pelo menos no final do ciclo, haja uma distribuição equitativa entre as disciplinas de História e Geografia, podendo as escolas, depois, gerir isso como entenderem, ao longo dos 7.º, 8.º e 9.º anos. Isto, porquê? Por causa dos testes intermédios, porque, havendo testes intermédios, se houver escolas com menos horas e escolas com mais horas, não haverá equidade entre os alunos que estão a fazer esses testes intermédios.

Queremos também chamar a atenção para a questão da segunda opção no 12.º ano. Percebemos que, por um lado, se deva concentrar, mas a experiência que temos diz-nos que muitos alunos, mesmo no 12.º ano, quando lhes perguntamos «então, que curso vais tirar?», não sabem o que vão fazer. Portanto, afunilar demasiado o 12.º ano, para alunos que, muitas vezes, têm algumas dificuldades até em gerir o seu tempo, significa também canalizar demasiado os alunos, quando, pelo contrário, depois, no ensino superior, com Bolonha, tudo se abre.

Este é, pois, mais um aspeto para o qual chamaríamos a atenção. Talvez fosse preferível manter as duas opções que existem, dando menos um bloco a cada uma delas, ou seja, haveria duas opções, cada uma delas com dois blocos, o que perfaz quatro blocos, e ganhar-se-ia com a continuidade da abertura de horizontes que representa a segunda opção.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem a palavra o Professor Filipe do Paulo, Presidente da Pró-Ordem dos Professores.

O Sr. **Filipe do Paulo** (Pró-Ordem dos Professores) (8) - Sr.<sup>a</sup> Coordenadora, Srs. Deputados, Srs. Auditores: Em meu nome pessoal e em nome da organização que aqui represento, a Pró-Ordem dos Professores, começo por agradecer o convite para esta audição parlamentar. Diria até que o debate, a participação, a concertação social são o «sal» da democracia, importa, contudo, que essa participação se traduza num diálogo ativo e com consequências, isto é, que os parceiros sociais sejam efetivamente ouvidos e levado em linha de conta o que aqui representam.

Na discussão interna, mas alargada a todos os sócios da Pró-Ordem, que promovemos, recebemos muitas colaborações, muitos contributos, muitas sugestões que, em 2 minutos, não é

possível representar nesta sede. Contudo, estamos a elaborar um parecer mais detalhado, mais técnico para apresentar ao Ministério da Educação e Ciência, até ao final do mês.

Destaco, enfim, as consequências, para alunos e professores, que poderão resultar da proposta de redução drástica das horas de EVT, se ela se mantiver.

Uma outra matéria que não tem sido muito referida, mas que também nos preocupa bastante, é a supressão da segunda opção no ensino secundário. Na verdade, isso parece-nos mesmo muito negativo. No 12.º ano, numa idade decisiva, em que os alunos, os jovens, têm imensas energias, imensas potencialidades, se lhes retirarmos a Educação Física ficam apenas com três disciplinas, o que é muito, muito empobrecedor do currículo. Depois, não nos admiremos de que os colegas do ensino superior se queixem de que recebem alunos do ensino secundário com omissão de muitos pré-requisitos.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Peço-lhe que tenha em atenção o tempo, por favor.

O Sr. **Filipe do Paulo** (Pró-Ordem dos Professores): - Peço só um pouco mais de tolerância, porque vou já terminar.

Na matéria da educação cívica, a Pró-Ordem concorda que, de um certo ponto de vista, é necessário um *back to basic*, um voltar ao básico, mas não com uma escola pública de tipo meramente utilitarista, meramente taylorista, porque, na escola de massas - e gostava de desenvolver esta matéria, mas a Sr.<sup>a</sup> Coordenadora já me sinalizou que não disponho de tempo -, nomeadamente com famílias desestruturadas... E, enfim, nesta matéria, não posso acompanhar o nosso amigo António Ponces de Carvalho, quando diz que a educação cívica pode, perfeitamente, ser suprimida, enquanto disciplina autónoma, porque resulta das outras áreas. É importante que ela continue nas outras áreas, mas...

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Volto a chamar a atenção para o tempo de intervenção.

O Sr. **Filipe do Paulo** (Pró-Ordem dos Professores): - Por outro lado, o projeto do Ministério é omissivo quanto ao reforço do ensino profissionalizante, tal como é omissivo quanto à orientação escolar e profissional, tão necessária aos nossos jovens, já para não falar da omissão total no que respeita ao 1.º ciclo.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem, agora, a palavra o Professor Marcos Onofre, da Sociedade Portuguesa de Educação Física (SPEF).

O Sr. **Marcos Onofre** (Sociedade Portuguesa de Educação Física) (9): - Sr.<sup>a</sup> Coordenadora, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, agradeço o convite para estar aqui.

Quero referir, muito rapidamente, dois ou três aspetos que são essenciais para nós e que, naturalmente, se focarão, sem qualquer espírito corporativo, sobre os problemas da Educação Física.

Em primeiro lugar, um pressuposto: há evidências claras, científicas, do efeito desta disciplina no desenvolvimento de cidadãos ativos e saudáveis. Nesta medida, tem um papel decisivo no que toca à prevenção de situações muito preocupantes em Portugal - somos, neste momento, vice-campeões europeus de obesidade na segunda infância e, portanto, penso que isto tem de ter algum significado para nós.

Por outro lado, há também a evidência do contributo desta disciplina, e é muito único neste sentido, para o desenvolvimento pessoal e social dos jovens.

Face a esta proposta, constatamos que, ao contrário do que tínhamos, se manteve a carga horária nos 2.º e 3.º ciclos e no ensino secundário, o que, como já temos manifestado, é insuficiente, face às recomendações internacionais, quer da Organização Mundial de Saúde, quer da Comissão Europeia, e a todas as evidências que resultam da investigação que sobre isto tem sido feita.

Congratulamo-nos também com a circunstância de a disciplina se manter entre as disciplinas ditas nucleares. Gostaríamos de a ver assim e não de a ver segregada, como uma espécie de disciplina de panaceia ou compensatória da formação dos alunos.

Uma segunda ideia importante vai no sentido de chamar a atenção para a confusão que pode haver aqui entre a disciplina curricular de Educação Física e o desporto escolar. São coisas distintas. Falamos de uma disciplina curricular, obrigatória, inclusiva, eclética, para todos os alunos *versus* uma atividade que, naturalmente, é importante, mas é um complemento de formação, uma especialização. Portanto, face a alguma tentação, no ensino secundário, parece-nos que misturar estas duas orientações é frágil.

Finalmente, estamos muito preocupados com a ausência de medidas relativamente ao 1.º ciclo. Estimamos que a Educação e Expressão Físico-Motora tenha uma taxa de cobertura nas escolas, em termos nacionais, de cerca de 4%. Tem havido, em termos políticos, a tentação de dizer que existe Educação Física no 1.º ciclo, porque existem as atividades de enriquecimento curricular ou as atividades físico-desportivas. Não é a mesma coisa. Quem vai às atividades físico-desportivas são as crianças que o escolhem, opcionalmente, não são todas as crianças, e quem vai não é, normalmente, quem mais necessita.

Volto a repetir, para terminar, que somos vice-campeões europeus em obesidade na segunda infância.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem, agora, a palavra a Professora Maria José Viseu, da Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação (CNIPE).

A Sr.<sup>a</sup> **Maria José Viseu** (Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação) (10): - Sr.<sup>a</sup> Coordenadora, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Antes de mais, sou professora, com muito orgulho, mas estou aqui em representação dos pais.

Gostaria de dizer, em nome da CNIPE, que esta reorganização curricular ficou aquém do que seria expectável.

Para a Confederação, desde logo, uma das práticas implantadas na escola e que, legitimamente, se encontra ligada à própria existência da escola é, sem dúvida, o currículo, e isto não foi abordado nesta proposta de reorganização curricular. Porquê? Porque o currículo é muito mais do que um conjunto de saberes dividido em áreas de conhecimento, o currículo é o «coração» da própria escola. É este currículo que vai permitir desenvolver nos alunos as suas potencialidades, e as suas diferentes potencialidades, porque todos sabemos que um aluno é diferente de outro e, se tivermos mais do que um filho, todos sabemos que os filhos são todos diferentes.

Portanto, uma escola, conforme é defendida aqui, uma escola assente num currículo com pedagogias tradicionais, mais não será do que uma mera transmissão de saberes e de conhecimentos acumulados e considerados necessários para a inserção de todos na sociedade e no mercado de trabalho, indistintamente de quem seja, num determinado ponto.

A CNIPE defende uma escola onde as aprendizagens não se dão apenas a partir de um campo científico específico, como, por exemplo, a Matemática ou a História, mas, sim, numa agregação de valor formativo de todas as disciplinas, e todas têm o mesmo valor, conforme já foi aqui referido.

Claro que isto implicaria a fixação de um currículo que estabelecesse e respeitasse os percursos individuais de cada aluno, o que imporia, necessariamente, um trabalho coletivo, com vista à construção de uma cidadania, de uma escola e de uma sociedade democrática. Não sei se, efetivamente, é isso que se pretende.

A reorganização do currículo terá que ir muito mais além do que a mera classificação e do que os fins estatísticos. Ela terá que se preocupar com o processo de aprendizagem ao longo de todo o desenvolvimento curricular e acompanhar o percurso do aluno com o objetivo de reorientá-lo a cada dificuldade encontrada, situando-se numa perspetiva formativa.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Queira fazer o favor de concluir, o seu tempo de intervenção já se esgotou.



A Sr.<sup>a</sup> **Maria José Viseu** (Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação): - Houve quem abusasse muito mais do que eu, Sr.<sup>a</sup> Coordenadora.

Continuando: a avaliação em final de ciclo terá, portanto, de fazer parte de um processo maior, deverá ser usada no sentido de acompanhar o desenvolvimento do aluno e de obter uma apreciação final para que esse aluno possa planear ações educativas futuras.

No entanto, e porque o que nos foi apresentado não é, conforme está escrito, uma reorganização curricular (reorganização curricular é tudo aquilo de que falei até agora) mas, sim, uma revisão da estrutura curricular, gostaríamos de apresentar as seguintes propostas.

Propomos que o apoio do 2.º ciclo também possa ser oferecido ao 3.º ciclo; que possa existir uma disciplina de educação moral e cívica; que a carga horária do Português e da Matemática nos 10.º e 11.º anos possa aumentar meio bloco; que no 12.º ano se possa aumentar um bloco a Português, em humanísticas, e um bloco a Matemática, nos científicos; que não se reduzisse a específica trienal; que se criasse um bloco para a preparação dos exames (já que sabemos perfeitamente que esta reorganização curricular é meramente económica, tenho a dizer que não acresce nenhuma despesa para a escola, porque os professores já estão na escola, portanto, visa meramente ajudar os alunos).

Propomos ainda que se continuem a valorizar as disciplinas de Educação Visual e Educação Tecnológica, pois são propiciadoras de equidade dentro da escola, mantendo-se a sua atual carga horária.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem a palavra, agora, a Professora Paula Carqueja, da Associação Nacional de Professores (ANP).

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Carqueja** (Associação Nacional de Professores) (11): - Começo por cumprimentar a Mesa, por desejar a todos um muito bom dia e, também, por agradecer a iniciativa da Comissão.

A Associação Nacional de Professores apresentou já um documento e, neste momento, o que vou transmitir e apresentar é o contributo que os seus associados nos enviaram.

No que respeita a esta reorganização curricular, referiremos alguns pontos favoráveis (portanto, nem tudo será negativo), bem como os pontos débeis, apresentaremos algumas propostas e colocaremos questões.

Como pontos favoráveis que resultaram da auscultação, refiro o início do processo de apresentação e auscultação às sociedades científicas, associações profissionais e conselhos de escolas, e o alargamento da carga horária das disciplinas fundamentais - Matemática, Língua Portuguesa, Ciência, História e Geografia de Portugal.

Quanto aos pontos débeis, é evidente que todos estamos de acordo que eles se prendem com as disciplinas de Educação Visual e Educação Tecnológica, que deveriam ser valorizadas, e com o desemprego que essa alteração trará para os docentes destas áreas.

Outro ponto débil é o que se refere à disciplina de Formação Cívica. Consideramos que a área curricular não disciplinar deverá ser mantida e lecionada pelo diretor (com a designação «Formação Cívica», ou outra), com orientações claras e regulamentadas nesse sentido e com o objetivo claro de tratar de relações humanas e sociais, onde o ser humano é trabalhado como pessoa no seu todo. Ou seja, deverá haver partilha de problemas, de causas individuais ou coletivas de turma, uma área associada à cidadania.

No que respeita às Físico-Química e às Ciências Naturais do 3.º ciclo, preocupa-nos a alternância entre as disciplinas. Deverá haver uma clarificação deste ponto, tendo em atenção que esta alternância dificulta a organização em termos de elaboração de horários (a organização da escola) e cria instabilidade nos alunos.

Surgiram várias propostas, depois de analisados os contributos, que passarei a referir.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Peço-lhe que tenha em atenção o tempo de intervenção, por favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Carqueja** (Associação Nacional de Professores): - Termine já, Sr.<sup>a</sup> Coordenadora.

As propostas são as seguintes: o apoio ao estudo deverá competir às escolas, no âmbito da sua autonomia; na Educação Física deverá ser feita a supressão do bloco de 45 minutos, passando a ter sempre 90 minutos; as TIC deverão ser introduzidas logo no 5.º ano de escolaridade; todo este processo deverá ser regulamentado atempadamente e as associações das diversas disciplinas deverão ser ouvidas para definirem os perfis e os tempos letivos adequados às necessidades de cada ciclo.

Por fim, gostaríamos de colocar várias questões, para as quais não encontramos resposta no documento apresentado.

Desde logo, que suporte, que estudos científicos, que investigações estão por detrás desta proposta-base de revisão curricular? No que respeita ao apoio ao estudo, terá cabimento, no âmbito da autonomia de escolas, definir em que moldes o mesmo será implementado? Por último, qual é o papel do diretor de turma? Ser-lhe-ão atribuídas horas para exercer as suas funções?

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem a palavra o Professor João Alvarenga, Presidente da Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP).

O Sr. **João Alvarenga** (Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo) (12): - Sr.<sup>a</sup> Coordenadora, Srs. Deputados e Srs. Assistentes, em nome da Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo, apresento as minhas saudações.

Queria começar por dizer que o pensamento da AEEP está muito para além da proposta apresentada e que aqui está em discussão.

Quando falamos de escolas, falamos inevitavelmente de projetos educativos, e de projetos educativos diferentes. Quando falamos de projetos educativos, temos de falar inevitavelmente de autonomia para poder elaborar esses projetos. E, quando falamos de autonomia, temos de falar de autonomia curricular, porque nas escolas falamos de projeto curricular de escola, de projeto curricular de turma e de projetos individuais.

Portanto, o pensamento da Associação quanto a esta matéria resume-se em cinco ou seis pontos, que tentarei enumerar rapidamente.

Em primeiro lugar, a definição de um núcleo essencial de currículo obrigatório e universal.

Em segundo lugar, a definição da carga horária mínima para cada disciplina integrada nessa matriz curricular.

Em terceiro lugar, a definição da carga horária semanal global mínima.

Em quarto lugar, uma gestão flexível dos tempos letivos entre um mínimo de 45 minutos e um máximo de 90 minutos, visando uma adequada resposta às necessidades dos alunos, salvaguardando o cumprimento dos tempos anuais constantes no currículo nacional.

Em quinto lugar, uma flexibilidade da gestão, ao longo do ano, dos tempos anuais previstos na matriz curricular, e isto para que cada escola possa completar a carga horária semanal ou com o reforço ou com a inclusão de disciplinas que a comunidade escolar entenda como úteis naquela zona.

Em sexto lugar, defendemos não só a liberdade de adequação do currículo ao projeto curricular da escola como a liberdade de adequação do currículo em função do projeto curricular de cada turma, permitindo-se a sua variação por escola e, dentro desta, por turma. Naturalmente, esta autonomia e liberdade é conciliada com a comunicação aos pais, com a informação ao Ministério da Educação, para que exista controlo e com a regulação do sistema, através dos exames nacionais.

Entendemos que é necessário dotar as escolas de muito maior espaço de autonomia no desenho e gestão curricular. E eventuais dificuldades de regulação no sistema estatal não devem impedir maior autonomia para o ensino particular, sector que tem desempenhado um papel muito importante ao nível da experimentação, com sucesso, de inovação pedagógica.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Em seguida, tem a palavra a Professora Inês Castro, do Agrupamento de Escolas do Monte de Caparica.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês Castro** (Agrupamento de Escolas do Monte de Caparica) (13): - Começo por cumprimentar os Srs. Deputados e todos os presentes nesta Sala.

Vou ser muito telegráfica devido à questão do tempo de intervenção.

Em primeiro lugar, não consigo encontrar, nesta proposta, princípios pedagógicos claros que tenham presidido à revisão curricular.

Em segundo lugar, continuamos a ter, ao nível do ensino básico (vou pronunciar-me apenas sobre o ensino básico), uma lógica disciplinar na organização do currículo, uma pulverização de disciplinas. Era expectável que uma revisão do currículo viesse dar resposta a um dos problemas mais sentidos nas escolas, principalmente ao nível do 3.º ciclo, que é a enorme quantidade de disciplinas. Mas isso não acontece. Mais: o 2.º ciclo viu agravada essa situação, com a divisão da disciplina de Educação Visual e Tecnológica (EVT), o que não faz qualquer sentido.

Em terceiro lugar, vou pronunciar-me sobre a Formação Cívica. É evidente para todos que as disciplinas curriculares, os conteúdos curriculares contêm, em si mesmos, uma carga formativa das crianças e dos adolescentes. Mas é necessário que exista uma disciplina de Formação Cívica, quer no 2.º quer no 3.º ciclos! E porquê? Porque essa disciplina contribui decisivamente para a melhoria do clima nas escolas, pois é aí que se resolvem muitos problemas disciplinares, é aí que se faz uma gestão social das turmas e é aí que se trabalham outros conteúdos, às vezes transversais às várias matérias disciplinares. Portanto, de meu ponto de vista, esta disciplina não pode desaparecer do currículo.

Em quarto lugar, quanto à questão do apoio ao estudo, que propõem que passe a ser facultativo no 2.º ciclo, tenho a dizer que isso até me dá vontade de rir, porque, se se aplicar na minha escola, sento-me a vê-los passar em direção ao portão! E digo-o porque, obviamente, os alunos, de um modo geral (não é só nas escolas mais difíceis), não vão ao apoio ao estudo se este for facultativo. E este apoio ao estudo é necessário! É necessário trabalhá-lo nas escolas, organizá-lo de outra maneira, mas é necessário, tanto no 2.º como no 3.º ciclos.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Peço-lhe que tenha em atenção o tempo de intervenção, por favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês Castro** (Agrupamento de Escolas do Monte de Caparica): - Sr.<sup>a</sup> Coordenadora, 2 minutos, de facto, não chegam!

O que defendo é que se crie um bloco de horas e que as escolas possam definir, no quadro da sua autonomia e do seu projeto educativo, quais as matérias que serão dadas nesse bloco de horas.

Finalmente, acho que deve ser clarificada a questão do desdobramento da Físico-Química e das Ciências no 3.º ciclo.

Por último, gostaria de dizer que o ensino secundário, na minha perspetiva, nunca pode ser uma preparação direta para o ensino superior.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem a palavra o Professor Mário Nogueira, da Federação Nacional dos Professores (FENPROF) e da CGTP-IN.

O Sr. **Mário Nogueira** (FENPROF/CGTP-IN) (14): - Começo por saudar a Mesa, o Sr. Presidente da Comissão, que entretanto teve de sair, todos os presentes, os meus colegas e a comunidade educativa.

Queria deixar uma primeira nota de preocupação, que é a seguinte: estamos aqui, como disse o Sr. Presidente da Comissão, para debater o futuro, através da elevação da qualidade do ensino e da educação dos nossos jovens. Mas, ao mesmo tempo, algures, está a ser assinado um acordo que põe em causa o futuro dessas crianças e desses jovens com que hoje, aqui, nos preocupamos. Devemos estar preocupados com isso porque, como diz o Sérgio Godinho, «Isto anda tudo ligado»!

O País, a escola, a educação precisam, em nossa opinião, de uma reorganização curricular a sério e, sobretudo, séria.

Sabemos que temos uma escolaridade obrigatória que passa para 12 anos e que os desafios da sociedade atual e futura estão aí. Por isso, é preciso começarmos a equacionar de baixo: definir o que queremos do pré-escolar neste novo quadro; discutir se o regime de monodocência no 1.º ciclo deve ou não manter-se e se o inglês deve passar ou não a ser curricular, ainda por cima num quadro em que passa a ser obrigatório para o 5.º ano; debater a organização global do sistema educativo, a duração, a organização dos ciclos e então, sim, a distribuição curricular; saber onde, como entram e como se valorizam as vias profissionais, tecnológicas e artísticas; estabelecer um regime de avaliação adequado, na certeza de que meter exames no fim de cada ciclo é o mais simples, sobretudo para quem não sabe o que há de fazer como alternativa; perceber como é que se organizará a educação especial (já aqui foi dito) no novo quadro de escolaridade obrigatória, em que sabemos que no secundário não existe.

Estes são apenas alguns aspetos que deveriam estar em debate, mas não é disso que se trata. Se quiséssemos falar em revisão curricular, tínhamos de dizer que o documento que o Ministério apresenta é uma fraude; se quiséssemos falar na aplicação do Orçamento do Estado

para 2012 e na necessidade de poupar nesta área 102 milhões de euros, então o documento do Ministério é perfeito!

Diria, como referiu o Sr. Ministro da Educação - honra se faça, porque foi sério...

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - O seu tempo esgotou-se. Queira fazer o favor de concluir.

O Sr. **Mário Nogueira** (FENPROF e CGTP-IN): - Estou a usar o tempo dos outros, Sr.<sup>a</sup> Coordenadora.

Diria, como referiu o Sr. Ministro da Educação, que, de facto, esta é uma revisão cirúrgica, ou seja, limita-se a eliminar o «par pedagógico» na disciplina de EVT, sem saber nem fazer uma avaliação adequada disso -, fazendo o seu desdobramento, e acabar com disciplinas que, tal como foi dito pela minha colega que falou anteriormente, são necessárias.

Recordo que, na anterior Legislatura, o PSD acusou o governo (que, então, apresentara uma proposta de alterações curriculares) de estar a preparar uma vaga de desemprego. Mas, de facto, o que está contido nesta proposta é um escandaloso e perigoso processo de despedimento de professores e de outros profissionais das escolas, e digo «escandaloso e perigoso» porque é feito à custa da qualidade das aprendizagens, à custa da organização e funcionamento pedagógico das escolas e à custa da escola pública.

Vou concluir, dizendo que a FENPROF está a promover um amplo debate nas escolas. No dia 25, vamos reunir também com as associações profissionais e científicas, com os dirigentes escolares, com as confederações de pais e, depois, enviaremos à Sr.<sup>a</sup> Coordenadora e aos grupos parlamentares as nossas opiniões e posições finais.

Em conclusão, seria sério que o Governo, de facto, suspendesse o processo que está em curso e desse o tempo necessário, até ao final do ano, para que pudéssemos refletir acerca de uma verdadeira e efetiva reorganização curricular, de que escola precisa. E então, sim, com todos os parceiros envolvidos, penso que seria possível fazermos o que é preciso, se pensarmos no futuro.

Há situações na vida em que, se cometermos erros, estaremos sempre a tempo de os corrigir, mas na educação não é assim. É que, Sr.<sup>a</sup> Coordenadora e Srs. Deputados, as crianças e os jovens que forem vítimas dos erros cometidos por políticas educativas nunca mais voltarão a ser nem crianças nem jovens, para terem uma segunda oportunidade.

Pensem nisto, Srs. Deputados, antes de votarem a favor ou de darem um parecer positivo a esta revisão.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem a palavra o Professor António Simões, do Agrupamento de Escolas de Águeda.

O Sr. **António Simões** (Agrupamento de Escolas de Águeda) (15): — Apresento as minhas saudações à Mesa e aos presentes.

Vou procurar ser telegráfico e introduzir um novo tópico no debate, que é o que se prende com a questão da interdisciplinaridade. Venho mais na qualidade de responsável pelo programa Eco-Escolas, apesar de também ser professor de Educação Visual e Tecnológica.

Não sei se é possível projetar o *design*, a grelha que está a ser debatida, dos 2.º e 3.º ciclos.

*Pausa.*

Não sendo possível, vou então prosseguir, dizendo que, na realidade, a grelha mostra alterações invisíveis. Nós, professores de Educação Visual e Tecnológica, olhando para a grelha, vemos que há questões que não foram aqui afloradas e que se prendem com o enriquecimento curricular e com a possibilidade da interdisciplinaridade entre várias áreas.

Concretamente, o *design* mostra um desinvestimento assumido, ao eliminar a Educação Tecnológica no 9.º ano, ao diminuir as horas de Educação Visual no 9.º ano, de três para duas horas, e ao desmembrar a Educação Visual e a Educação Tecnológica, a par do fim do desdobramento das turmas de ciências, no 2.º ciclo, e da confusão do desdobramento, no 3.º ciclo, entre Físico-Química e Ciências Naturais.

Tudo isto é um ataque ao ensino prático, à componente prática, que é agravado com o facto de se assumir que não há ensino prático nos 1.º e 2.º ciclos.

Portanto, o que é plasmado no *design* é o seguinte: assume-se um ensino básico, 1.º e 2.º ciclos, que é fundamentalmente livresco, fundamentado nos saberes - saber, saber -, com aferição por objetivos.

Em relação ao programa Eco-Escolas e a outros projetos que se desenvolvem nas escolas, poderemos estar, pura e simplesmente, perante a sua morte, o seu fim, dado que os professores, no caso da Educação Visual e Tecnológica, se lecionarem a Educação Visual terão, por exemplo, 10 ou 12 turmas (no meu caso, trabalho com seis), com a direção de turma e substituições, pelo que não haverá, sequer, disponibilidade para desenvolver projetos de ordem prática para o enriquecimento curricular dos alunos.

Era só esta a minha questão, muito obrigado pela atenção.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Muito obrigada pelo rigor.

Tem a palavra o Professor Carlos Gomes, da Associação Nacional de Professores de Educação Visual e Tecnológica (APEVT).

O Sr. **Carlos Gomes** (Associação Nacional de Professores de Educação Visual e Tecnológica) (16): - Muito bom dia a todos os participantes e aos Srs. Deputados.

Quero agradecer a oportunidade que a democracia portuguesa me dá de expressar aqui o sentimento dos professores de EVT, que são os mais atingidos e as aparentes «ovelhas negras» desta dita revisão da estrutura curricular. Nós preferimos ser «amarelos», porque o «amarelo» tem um valor simbólico muito maior.

Há um paradoxo neste debate.

Há alguns dias, fizemos um encontro nacional e proporcionámos aos Srs. Deputados todo o tempo para darem respostas às inúmeras e milhares de questões que se colocam — aliás, nesta reunião, constata-se que são inúmeras as questões que temos para colocar. No entanto, nós, que temos tanto para dizer, dispomos de 2 minutos; os Deputados, que tinham tanto para dizer, pouco ou nada disseram. Claro que me refiro aos Deputados que sustentam este Governo.

Em primeiro lugar, quero afirmar que a APEVT reconhece a legitimidade democrática deste Governo para tomar medidas. Porém, não pode deixar de sublinhar que nenhuma destas soluções estava plasmada nos textos, nos programas eleitorais, no Programa do Governo. Por essa mesma razão, sentimo-nos profundamente enganados, para não dizer revoltados — e podem contar, com certeza, com a nossa revolta. Aliás, é patente e já foi referido, inúmeras vezes, nesta audição o problema da Educação Visual e Tecnológica.

Em segundo lugar, o que se nos afigura, porque já fomos a todo lado que era possível, já estivemos no Ministério, já falámos com os assessores e já convidámos os Deputados que sustentam o Governo, é que há aqui uma ideia um pouco ilegítima, democraticamente, que é a ideia de que há um consenso social sobre estas medidas. Aliás, o Ministro da Educação diz, muitas vezes, que isto está consensualizado.

Parece que a questão da Língua Portuguesa e da Matemática está consensualizada. Pois bem, não está! Cada vez mais constata-se que não está e, podendo até assumir os objetivos que são aí visados, as soluções não estão, com certeza. Portanto, é sobre as soluções que queremos aproveitar esta oportunidade para fazer as nossas perguntas.

Questões relativas à Educação Visual e Tecnológica: por que razão não é apresentado qualquer estudo, realizado no nosso País, sobre o impacto desta disciplina no currículo do 2.º ciclo, ou fundamentações que sustentem a proposta de eliminação da disciplina de EVT? Quais as vantagens da sua substituição por duas outras disciplinas?

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Agradeço que tenha em atenção o tempo, por favor.

O Sr. **Carlos Gomes** (Associação Nacional de Professores de Educação Visual e Tecnológica): - Com que argumentos pedagógicos se justifica esta proposta? É tida em



consideração a abordagem da componente tecnológica em contexto de sala de aula? Sabe-se que a Educação Tecnológica tem de ter uma metodologia, não podendo ser mais uma disciplina livresca, se reduzida a 45 minutos?

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Agradeço que conclua, por favor.

O Sr. **Carlos Gomes** (Associação Nacional de Professores de Educação Visual e Tecnológica): - Peço-lhe, então, que me permita concluir as minhas perguntas.

Quem elaborou esta proposta de revisão da estrutura curricular, saberá quais são os fundamentos dos próprios conteúdos de Educação Tecnológica, em nada semelhante às TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação) e que as TIC têm, pela sua própria natureza transversal, de recolha de informação e pesquisa, características de área não disciplinar? Toda a gente aqui presente, com certeza, concordará com isso! Como é possível confundir-se, deliberadamente, que o regime de docência se fundamenta em características práticas experimentais e não na formação dos professores?

Vinte anos após a sua integração no currículo, é uma violência o que se está a fazer à Educação Visual e Tecnológica e é uma violência o que se está a fazer nesta audição.

Deixem-me terminar!

Vinte anos após a sua integração do currículo, com uma disciplina finalmente estabilizada, com professores do «grupo 240», que só sabem ensinar Educação Tecnológica e foram formados para a escola, para funcionar na escola, a sua separação não tem nada a ver com o que pretendem ensinar.

Por último, pergunto aos partidos que sustentam o Governo se estão dispostos a apresentar propostas fundamentadas, que visem os objetivos da revisão curricular, mas que recoloquem soluções.

Vou sugerir uma solução: se querem mais Língua Portuguesa, se querem mais Matemática, porque não vão logo ao 1.º ciclo? Porque não libertam um professor generalista das áreas de Expressão, com professores coadjuvantes de Educação Visual e Tecnológica ou professores de Expressão, podendo dar mais tempo ao professor generalista para, então aí, sim, estruturar a Língua Portuguesa e a Matemática?

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Lamento, mas não posso disponibilizar-lhe mais tempo. Queira concluir, por favor.

O Sr. **Carlos Gomes** (Associação Nacional de Professores de Educação Visual e Tecnológica): — Termina já.

Desta forma, aliviaria o currículo do 2.º ciclo e possibilitaria uma EVT invisível e integradora.

*Aplausos.*

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem, agora, a palavra o Professor João Baptista, da Associação de Professores de Educação Visual e Tecnológica, na Região Autónoma da Madeira.

Agradeço, desde já, o favor de ser mais rigoroso na gestão do tempo de intervenção porque, de outro modo, estaremos a reduzir o tempo de intervenção dos demais colegas.

O Sr. **João Baptista** (Associação Nacional de Professores de Educação Visual e Tecnológica-Madeira) (17): - Sr.<sup>a</sup> Coordenadora, sou professor de Educação Visual e Tecnológica e também Presidente da Direção Regional da Associação de Professores de Educação Visual e Tecnológica, da Região Autónoma da Madeira.

Sabendo que esta proposta é a primeira fase da reforma curricular, passo então, de imediato, a enunciar as questões que dizem respeito ao desenvolvimento e à lecionação das componentes da Educação Visual e da Educação Tecnológica.

Primeira questão: por que razão a revisão da estrutura curricular tem início nos 2.º e 3.º ciclos de estudos, quando há um conjunto de situações de ordem científico-pedagógica, administrativa e laboral que deverá ser salvaguardado no 1.º ciclo?

Segunda questão: por que razão não foi tido em consideração um conjunto de aprendizagens essenciais neste ciclo de estudos, quando precedem o desenvolvimento das componentes da Educação Visual e da Educação Tecnológica, nos 2.º e 3.º ciclos?

Terceira questão: perante a ausência de propostas para o 1.º ciclo, depreende-se que os alunos deverão iniciar a sua literacia em artes e a literacia tecnológica no 2.º ciclo de estudos?

Quarta questão: por que razão as boas práticas pedagógicas, desenvolvidas em Portugal, nomeadamente na Região Autónoma da Madeira, por exemplo, não são objeto de estudo e adaptadas ao território nacional? No ofício n.º 56/2009, de 8 de junho, foi criado o grupo de docência 140 para os professores de Expressão Plástica e, segundo o que sabemos e conhecemos, porque também somos coautores do plano de formação contínua de professores, tem tido resultados.

É tudo.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Muito obrigada pelo respeito pelos outros.

Darei a palavra só a mais um interveniente, porque temos de fazer um pequeno intervalo e, depois, daremos continuidade a esta audição.

Uma voz não identificada: - Queria sugerir à Sr.<sup>a</sup> Coordenadora que não se fizesse o intervalo para tomarmos café, porque considero que, neste momento, estaríamos com condições para continuar.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Teremos de fazer um pequeno intervalo, mas poderemos reduzir a sua duração.

Uma voz não identificada: - Penso que os intervalos serão prejudiciais, neste caso.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Peço desculpa, mas a Assembleia da República tem o costume de convidar algumas escolas profissionais de hotelaria para estas audições, sendo que, na nossa audição, o serviço de *catering* será prestado por alunos de uma escola. Assim, por uma questão de respeito pelos alunos que já nos aguardam, proponho que façamos um breve intervalo, pedindo que sejamos rigorosos na reentrada na Sala do Senado, para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Encurtaremos, pois, o período do intervalo de 15 minutos para 10 minutos, por respeito para com os alunos que nos aguardam lá fora.

Tem, então, a palavra o Professor Ricardo Reis, da Associação dos Professores de Expressão e Comunicação Visual (APECV).

Logo a seguir a esta intervenção, faremos um intervalo de 10 minutos.

O Sr. **Ricardo Reis** (Associação dos Professores de Expressão e Comunicação Visual) (18): - Muito bom dia e muito obrigado por esta oportunidade de poder participar no debate.

A APECV gostaria de saudar a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, pela iniciativa.

Por questões de tempo, terei de ser bastante telegráfico.

Queria começar por dizer que a APECV tem bastantes dúvidas exatamente sobre este documento, que nos parece claramente vago e impreciso, pois não aponta, realmente, nenhuma razão objetiva para que se faça a revisão curricular nestes moldes.

Fala-se muito, em termos económicos, de uma década perdida e eu tenho muito medo de que, se esta revisão curricular for por diante, estejamos a trabalhar aqui numa geração perdida. Tal como já foi dito aqui, estes alunos, estes jovens não voltarão a sê-lo, por isso não vamos ter oportunidade de os voltar a educar noutra altura.

Em relação à Educação Visual e Tecnológica (e começamos a nossa preocupação ainda um pouco antes, no 1.º ciclo), parece-nos completamente inaceitável que esta revisão curricular, agora proposta, não inclua o 1.º ciclo, onde há, claramente, um défice enorme das expressões artísticas. Não temos dados estatísticos, como os colegas de Educação Física, mas presumo que talvez seja inferior aos 4% a relação da Expressão Plástica efetiva, no 1.º ciclo, o que nos preocupa bastante.

Em relação ao 2.º ciclo, não são demonstradas, em sítio rigorosamente nenhum, as razões pelas quais se separa a Educação Visual e a Educação Tecnológica. E parece-nos que há aqui um outro problema, que é o da invisibilidade da Educação Artística e Tecnológica. Se repararem bem no desenho curricular (alguém também já aqui o referiu), essa área desaparece da estrutura curricular, e parece-nos grave esta questão da invisibilidade da área.

Como também já foi dito aqui (e peço desculpa por estar sempre a repetir isto, mas estas questões são importantes), todas as áreas podem ser estruturantes para qualquer aluno e podem ser essenciais.

Ora, parece-me que há aqui um claro ataque ao ensino prático, o que também já não é novo, pois esta é uma discussão que tem mais de 200 anos — desde que se começou a discutir currículo, foi exatamente por causa da questão da prática e da teoria. Julgava que esta discussão estaria completamente ultrapassada mas, pelos vistos, ainda continuamos a debater esta questão e continuamos a «bater» no mesmo sítio.

Também nos preocupa a redução das horas de Educação Visual no 3.º ciclo, bem como no ensino secundário, onde parece que não resolveram as questões nem da História de Arte, nem do Desenho, nem das outras disciplinas opcionais.

Uma vez que já ultrapassei o tempo de intervenção, em suma, são estas as preocupações principais que queria deixar aqui.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Vamos, então, fazer uma curta pausa nos nossos trabalhos, por 10 minutos, uma vez que nos aguardam lá fora os alunos da Escola Profissional de Hotelaria e Turismo de Lisboa.

*Pausa.*

Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, vamos reiniciar os trabalhos.

Tem a palavra a Professora Clara Guerra, da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd).

A Sr.<sup>a</sup> **Clara Guerra** (Comissão Nacional de Proteção de Dados) (19) – Sr.<sup>a</sup> Coordenadora, não sou professora, estou aqui em representação da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Naturalmente, o contributo da CNPD para este debate é muito específico e diz respeito à disciplina de Tecnologias da Informação e Comunicação.

A CNPD saúda o projeto de antecipação da introdução destas matérias no 2.º ciclo. Consideramos que, hoje, as crianças com 10 anos já todas mexem em computadores, vão à *Internet* e, portanto, o nosso contributo vai mais no sentido de fazer sugestões ao nível programático. Bem sei que não é exatamente o que está em discussão, mas a ideia era a de que se começasse a pensar nisso, ao introduzir a disciplina de Introdução às Tecnologias da Informação e Comunicação no 2.º ciclo, embora se tenham de alterar os conteúdos programáticos, que hoje estão desenhados para o 9.º ano.

Consideramos, pois, que seria nessas alterações que haveria a oportunidade para que fossem introduzidas - a par da aprendizagem de como utilizar o computador e os serviços da *Internet* - as matérias que dizem respeito a uma utilização correta e segura dessas tecnologias.

Hoje em dia, na era digital, não faz sentido que os jovens, na escola, não saibam e não aprendam, de forma estruturada, as matérias relativas à metodologia de uma correta utilização das novas tecnologias.

Sabemos que o meio da *Internet*, com todas as vantagens extraordinárias que tem para o próprio ensino e para as aprendizagens, é também um meio que comporta vários riscos. É importante estar consciente desses riscos, saber como evitá-los e, nesse sentido, a nossa proposta é a de que, de forma tão natural como um aluno aprende o que é um *browser*, o que é o rato, o que é o teclado, como navegar, o que é uma caixa de correio eletrónico, ele saiba como há de ter uma *password* forte e como evitar disponibilizar a sua informação pessoal de forma involuntária, para além de ter os instrumentos para poder decidir quando deve disponibilizá-la de forma voluntária e estar consciente desses perigos. Isto é essencial.

A CNPD tem, desde 2008, um projeto para as escolas nesta área, precisamente para colmatar uma falha existente, a de não haver qualquer abordagem deste tipo de matérias e, naturalmente, estamos disponíveis para colaborar com a Assembleia da República e com o Governo em todos os conteúdos - e já temos bastantes conteúdos disponíveis - que possam vir a ser integrados nesta disciplina.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem a palavra a representante da Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO), Graça Gerardo.

A Sr.<sup>a</sup> **Graça Gerardo** (Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal) (20): - Sou professora de línguas há 26 anos e vice-presidente da direção nacional da ACAPO e é nesse âmbito que estou aqui hoje.

Gostaria de saudar a Mesa e todos os participantes e dizer-vos que, quanto ao desenho curricular que, neste momento, está a ser discutido, a ACAPO não tem muito a opor. Até porque o Decreto-Lei n.º 94/2011 vai ao encontro do Decreto-Lei n.º 3/2008, o qual já previa a criação de tempos letivos para as aprendizagens específicas relacionadas com a deficiência visual, como o *Braille*, as competências sociais, o treino da visão, as atividades da vida diária e tudo o mais.

Mais do que isso, gostaríamos de estar a discutir agora conteúdos e objetivos, e não apenas o número de horas atribuídas a cada um desses itens, porque não sabemos o que vai caber em cada um deles.

De qualquer forma, agradecemos o convite para participarmos nesta audição e, mais que isso, queremos tentar que haja uma política nacional, para que todas as direções regionais possam agir de uma forma uniformizada. Há que legitimar e uniformizar a atuação das várias direções regionais.

Quero dizer, também, que essas áreas específicas são muito importantes para o desenvolvimento social, pessoal e até profissional, porque de uma boa aprendizagem vai depender, futuramente, uma perfeita integração na vida ativa e ganhamos um cidadão e, se calhar, isso torna-se menos pesado ao Estado. Mas, para que isso exista, é necessária uma política de formação, porque todas estas áreas, como é lógico, implicam técnicos especializados e docentes também com formação nestas áreas especializadas e, para que tal aconteça, aí sim, é que a ACAPO poderá definir — em conjunto com o Ministério da Educação, mas não só, também com a segurança social — a criação de centros de recursos, humanos e técnicos, que permitam essa implementação e possibilitem aos deficientes visuais vingarem na sua vida futura.

Não pretendo, para já, demorar mais tempo. Guardo-me para mais tarde.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem a palavra a Professora Mónica Mendes, da Ordem dos Biólogos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mónica Mendes** (Ordem dos Biólogos) (21): - Agradeço, desde já, o convite endereçado à Ordem dos Biólogos para estar aqui em representação dos professores de Biologia e de Ciências Naturais.

Da leitura do documento a que tivemos acesso e depois de ouvidos os membros da Ordem dos Biólogos, as preocupações que nos foram postas prendem-se com os três níveis de ensino.

A nível do 2.º ciclo, coloca-se-nos a preocupação de terminarmos completamente com o ensino experimental das ciências. Se toda a nossa visão do ensino da Biologia e das Ciências assenta na sua componente experimental e que deve ser começado o mais cedo possível, ao terminarmos agora com os desdobramentos ao nível do 2.º ciclo, esse trabalho torna-se completamente impossível.

Numa turma de 20 alunos, talvez seja possível continuar a trabalhar, mas numa turma de 28 alunos, com miúdos de 10, 12 anos de idade, é impossível fazer um trabalho laboratorial. As salas não têm equipamento necessário e não temos os espaços necessários. Ou seja, não temos propriamente laboratórios, a nível do 2.º ciclo, temos salas mais ou menos adaptadas e, no futuro, com tantos miúdos dentro da sala de aula, vai-se tornar impossível o trabalho.

Ao nível do 3.º ciclo, embora sejamos beneficiados com o acréscimo horário, não está explícito como vai ser feita a distribuição horária entre a Físico-Química e as Ciências da Natureza e, parecendo lógico que vai ser distribuída equitativamente entre as Ciências Físico-Químicas e as Ciências da Natureza, tal poderá não acontecer em todas as escolas.

Parece-nos que essa situação poderia ser clarificada, não a tornando dúbia e não permitindo um entendimento diferente por parte de alguma escola. O mesmo está a acontecer com as disciplinas de História e Geografia. Penso, portanto, que esta matéria poderia ser clarificada.

Também não é claro, na proposta, como vai funcionar a rotatividade entre as várias disciplinas. Podemos fazer várias leituras, designadamente a de que vão acabar os desdobramentos. Penso que não seja essa a intenção, mas acontecendo essa situação, que é perfeitamente possível pela leitura que podemos fazer deste documento, põe novamente em risco o ensino experimental.

A nível do ensino secundário, preocupa-nos muito a diminuição da disciplina de opção, porque as duas opções permitiam que os alunos das áreas da Biologia, das Ciências, da Medicina, da Farmácia chegassem ao ensino superior e já levassem algum *know-how* necessário para uma posterior formação académica superior.

Foi igualmente feita a solicitação para que fosse mantido o horário de desdobramento nos 135 minutos (que acontece no secundário e não acontece nos outros anos), porque só nessa aula é possível fazer um trabalho experimental, do início ao fim.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem a palavra a Professora Margarida Guimarães, do Agrupamento de Escolas do Centro de Portugal.

A Sr.<sup>a</sup> Margarida Guimarães (Agrupamento de Escolas do Centro de Portugal) (22): - Em nome do Agrupamento de Escolas de Vila de Rei, muito obrigada por esta sessão, embora eu desconfie muito da posterior parte prática que vai sair daqui.

No caso do nosso agrupamento, tivemos várias reuniões em que discutimos esta matéria, que foi abordada por departamentos, nomeadamente pelo conselho pedagógico e pelo conselho geral. Não conseguimos encontrar vantagens pedagógicas, verdadeiramente ditas; vemos mais a parte económica que está no fundo disto tudo, porque esta revisão deveria ter sido precedida por muitas outras, que as escolas estão à espera que apareçam.

Estamos, mais uma vez, como já vários oradores e representantes de outros grupos disseram, a desvalorizar as disciplinas práticas.

No caso do nosso agrupamento, temos muitos clubes, todos direcionados para o ensino profissional, para a parte prática, e estamos a verificar que há uma grande valorização das disciplinas teóricas que depois, na vida prática, se reverte em que muitos licenciados em História, Filosofia, etc., estão no desemprego e as empresas pedem pessoas polivalentes que sejam formadas em algumas áreas mais práticas, mais polivalentes. Pergunto, pois, onde fica o empreendedorismo e a escola profissional, digamos assim, ou escolhas profissionais.

Também não concordamos com a extinção da disciplina de Formação Cívica. É uma área onde sentimos que resolvemos muitos conflitos e gestão de problemas de turma, onde fazemos a interligação com várias áreas do saber. Ora, extinguindo-se a Formação Cívica, quem vai fazer isso? Fazemos todos? Já sabemos que não vai fazer ninguém. Neste caso, o nosso agrupamento também está um pouco cético em relação ao que vai acontecer.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem a palavra o Professor Alexandre Aibéu, da Sociedade Portuguesa de Astronomia.

O Sr. **Alexandre Aibéu** (Sociedade Portuguesa de Astronomia) (23): - A Sociedade Portuguesa de Astronomia está muito empenhada e interessada no ensino da Astronomia e não gostava de a ver ausente nesta reestruturação curricular. Os moldes em que isso pode ser feito gostaríamos de discutir mais tarde.

No entanto, queria fazer dois ou três alertas em relação à especificidade da Astronomia, e queria fazê-lo através de um exemplo muito simples.

Julgo que nenhum dos presentes ficará indiferente quando eu disser que os constituintes da minha mão, do meu corpo, de todos nós, foram formados numa estrela que morreu há, pelo menos, 5000 milhões de anos atrás. Não me estou a referir a constituintes como estes, mas estou a dizer que estes átomos, tais como o ferro do meu sangue, o cálcio dos meus ossos, o fósforo do meu DNA, foram formados numa estrela.

Este exemplo, que não é para ser caricatural, porque é realmente verdade, serve para transmitir algumas das especificidades da Astronomia.

Em primeiro lugar, a sua interdisciplinaridade, porque posso fazer a ponte com a Biologia, com a Química, com a Física e com outras áreas, e, por outro lado, se apelarmos à



prática da Astronomia, com a robótica, com as engenharias, com a criogenia e com muitos outros fatores. E, uma vez que a comunidade escolar, quer professores quer alunos, tem um fascínio particular pela Astronomia, este fascínio pode ser usado como motor para o ensino de todas estas áreas.

Em segundo lugar, há o outro conceito, ou a outra parte, que é a avaliação da ideia por detrás desta afirmação, que, obviamente, tem coligações, no limite, filosóficas. Esta reinterpretção da realidade de cada um, o saber em que ponto estamos no mundo, o que o indivíduo faz no universo, leva a uma reestruturação, a uma abertura de horizontes e, em último limite, ao que me parece ser essencial no ensino das ciências, a uma questão de liberdade de escolha e de cidadania.

No sentido oposto, a Astronomia também permite fazer a integração das várias áreas, ou seja, ela pode ser usada como ponto de convergência de todas as áreas — da História, da Filosofia, das Ciências Naturais, das outras ciências.

Para terminar, a Astronomia é uma área muito importante, porque em constante desenvolvimento e em constante mutação, e as solicitações em contexto de aula são sempre muitas e muito elaboradas.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem a palavra o Professor Carlos Chagas, do Sindicato Nacional e Democrático dos Professores (SINDEP).

O Sr. **Carlos Chagas** (Sindicato Nacional e Democrático dos Professores) (24): - Gostaria de dar uma saudação muito especial aos Srs. Deputados da Comissão de Educação, a todos os professores e colegas e dizer-vos o seguinte: certamente, deixa-nos a todos perplexos que o Sr. Ministro tenha dito na audição parlamentar que a revisão da estrutura curricular é uma reestruturação de prioridades. Acho que, efetivamente, é uma reestruturação de horas, sob o ponto de vista da gestão economicista da educação.

Esta questão, Srs. Deputados membros da Comissão de Educação, é uma questão de definição política sobre a governação da *res publica*: ou se considera a educação uma opção estratégica para o desenvolvimento do País, ou, na realidade, estamos a transformar a educação num obstáculo ao seu próprio desenvolvimento. E, mais, com as opções que têm sido trazidas para o financiamento da educação, estamos, nesta altura, muito próximos dos países do terceiro mundo, em termos de financiamento.

Daí nada nos espantar, perante aquilo que é proposto. No entanto, todos os professores devem fazer ver aos Srs. Deputados, àqueles que governam o País, a necessidade de uma estabilidade em termos da nossa profissão, em termos das opções finais daquilo que a educação permite.

A educação vai querer ou não um ensino ou uma educação artística? Vai querer ou não uma educação para a sociedade do conhecimento e da informação? É que, se se quiser desenvolver tudo isto, então, temos de propor que se suspenda este projeto e se reformule, a partir da altura em que se definiram os 12 anos de escolaridade, todo o desenvolvimento curricular para um País que se pretende desenvolver e engrandecer, em termos da formação dos seus recursos humanos.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Queira fazer o favor de terminar.

O Sr. **Carlos Chagas** (Sindicato Nacional e Democrático dos Professores): - Sendo assim - e termino já, Sr.<sup>a</sup> Coordenadora -, quero dizer o seguinte: se se mantiver o que já vigora, com pequenas *nuances*, isso seria um aspeto positivo a encarar não só pelas escolas como pelos professores, dando um tempo suficiente para que possamos rever quais são as necessidades da educação, desde a infância, nos ciclos existentes para os 12 anos de escolaridade. E se tivermos de refazer toda a reorganização curricular, então, sigamos as boas práticas levadas a cabo em Espanha, em França e noutros países, para melhorar a qualidade da educação, dignificar os professores e, sobretudo, dar ao País o contributo de que carece, a nível dos seus recursos humanos, tornando-os capazes de desenvolver a nossa própria organização societária.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem a palavra a Professora Helena Félix, da Escola Francisco Arruda, em Lisboa.

A Sr.<sup>a</sup> **Helena Félix** (Escola Francisco Arruda - Lisboa) (25): - Bom dia a todos. Venho da Escola Francisco Arruda e gostava de colocar aqui duas ou três questões que me parecem importantes.

Segundo um documento que li, vai passar a existir a multidisciplinariedade no 1.º ciclo, e eu coloco a seguinte questão: será que isto vai dar resultado, em termos de sucesso, para os alunos do 1.º ciclo? Será que isto vai dar emprego ou mais emprego aos professores? Esperemos que sim.

Depois, gostava de perguntar o seguinte: será que, ao estarmos a fazer esta revisão curricular, ela vai ter o mesmo papel e a mesma importância nas zonas do litoral e nas zonas do interior?

Também gostaria de referir o seguinte: já desde o tempo dos gregos e dos romanos, havia um currículo, chamado «*curriculum*», com as diversas disciplinas, que, a meu ver, são todas importantes, desde as teóricas às práticas, incluindo a ligação entre a arte e a cultura. Assim sendo, falo em Língua Portuguesa, em Matemática, em História, em EVT, em todas as disciplinas.

Portanto, espero que tudo aquilo que aqui já foi dito seja ponderado pelo Governo e que, numa altura tão preciosa em que a educação é a fonte-base para o desenvolvimento de um país, haja essa formação desde o pré-escolar, onde já estão integradas estas várias áreas, desde a parte teórica à parte artística, etc.

Penso, pois, que é de refletirem bem nesta reforma curricular, não pondo em causa a educação das crianças, pois é para elas basicamente que trabalhamos, e de modo a que todos nós possamos ter emprego e ser valorizados como profissionais do ensino.

Muito obrigada pela oportunidade.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem a palavra o representante da Juventude Popular, Miguel da Silva.

O Sr. **Miguel da Silva** (Juventude Popular) (26): - Começo por saudar a Comissão de Educação, Ciência e Cultura por esta iniciativa. Numa altura em que tanto se fala de défice democrático, é sempre bom ouvir os agentes envolvidos na educação e no sistema de educação.

A Juventude Popular está hoje representada nesta audição porque tem propostas sérias para o futuro da educação, nomeadamente no que diz respeito a esta revisão curricular. Esta é uma revisão que, há muito, deveria ter sido pensada e iniciada, pois os programas curriculares, como todos sabem, não estão neste momento ajustados às reais necessidades dos alunos nas escolas.

Assim sendo, a Juventude Popular congratula-se com esta iniciativa do Governo, saúda e apoia esta revisão curricular, mas acha que podemos ir ainda mais além. E quando digo que podemos ir mais além, apresentamos as nossas propostas, nomeadamente as do reforço dos exames no final de todos os ciclos e do reforço do exame final de Português, de modo a que um aluno só possa concluir o ensino secundário se tiver aproveitamento mínimo a Português. Entendemos que o Português é a base da nossa sociedade, é a nossa cultura, a nossa história que está em causa. Por isso, nenhum aluno deverá concluir o ensino secundário sem ter, pelo menos, aproveitamento mínimo a Português.

Falou-se aqui muito de *rankings* e de números das escolas e dos alunos, mas há algo que tem sido posto um pouco de lado e que me causa alguma impressão, que é o facto de este ser um País que, desde há muito, quer liderar e governar apenas para os *rankings* e para os números. Mas o que está aqui em causa é muito mais importante do que isso. De facto, importa saber como implementar o rigor, a disciplina e valorizar o mérito dos alunos - esta é a grande condição e é isso que nos move, a nós, Juventude Popular.

Para terminar, quero dizer que lamento profundamente que este debate, apesar de dizer respeito aos jovens, esteja a ser centralizado nos interesses dos professores e não nos interesses reais dos alunos.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem a palavra a representante da Direção Regional da Associação de Professores de Educação Visual e Tecnológica, da Região Autónoma da Madeira, Professora Adriana Fernandes.

A Sr.<sup>a</sup> **Adriana Fernandes** (Direção Regional da Associação de Professores de Educação Visual e Tecnológica - Madeira) (27): - As preocupações que aqui trago são fruto de reuniões feitas com os nossos associados, e não só. Sou Vice-Presidente da Direção Regional da APEVT-Madeira, que também é responsável pelo plano de formação específico dos docentes das nossas áreas.

Gostaria de colocar algumas questões que têm a ver com o seguinte: Consideramos não haver justificação de ordem epistemológica e psicopedagógica para a eliminação da disciplina de Educação Visual e Tecnológica.

Um dos eixos prioritários da proposta do Ministério da Educação é a não dispersão curricular. Contudo, o desenho curricular apresentado, na revisão da estrutura curricular, aponta o contrário.

Verificamos inconsistência no entendimento da Educação Tecnológica e do papel das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) como disciplinas curriculares do 2.º ciclo de estudos. Há uma grande ambiguidade e estranheza por se tentar misturar estas duas áreas na proposta.

Perante a criação de duas novas disciplinas, mais uma, a acrescentar ao currículo do aluno do 2.º ciclo, coloca-se a questão dos espaços escolares. Se, atualmente, temos escolas com dificuldade de gestão de salas específicas para a lecionação das componentes da Educação Visual e da Educação Tecnológica, como irão as escolas dar resposta a este problema?

Perante o exposto, apresentamos as seguintes questões: no caso da disciplina de Educação Visual no 3.º ciclo, a proposta prevê a redução da carga horária no 9.º ano de escolaridade. Que fundamentos científico-pedagógicos são tidos em conta nesta redução? Quais são os critérios para acabar com a disciplina de Educação Tecnológica no 9.º ano de escolaridade? Foi considerado que esta medida poderia prejudicar os jovens na escolha consciente do seu percurso ao nível dos estudos no secundário ou dos estudos técnico-profissionais?

Estas medidas não irão prejudicar os jovens que abandonam a escolaridade básica e entram na vida ativa, impedindo-os de adquirirem um nível de formação adequada para a inserção no mundo do trabalho?

Perante tudo aquilo que foi enunciado, defendemos a manutenção da disciplina de Educação Visual e Tecnológica no currículo do aluno do 2.º ciclo de estudos do ensino básico e

a promoção da excelência do processo ensino/aprendizagem das componentes da Educação Visual e da Educação Tecnológica no 3.º ciclo.

Quero lembrar o que o meu colega aqui afirmou, ou seja, que, na Região Autónoma da Madeira, a nossa área é considerada muito importante, tanto que foram já criados vários grupos de atividades de enriquecimento curricular, nomeadamente a nível do Inglês, da Educação Física e da Área Artística. Portanto, já temos grupos criados para estas atividades.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem a palavra a Professora Maria de Fátima Lopes, do Agrupamento de Escolas de Ansião.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria de Fátima Lopes** (Agrupamento de Escolas de Ansião) (28) - Muito obrigada pela oportunidade que me dão.

Vou ser breve porque grande parte das questões já foram abordadas. Assim, vou falar apenas de algumas matérias, que me parecem importantes e que ainda não foram referenciadas ou que só o foram particularmente.

No meu percurso de vida, enquanto professora e enquanto investigadora, que também já fui, estou cada vez mais convicta de que o ensino básico é fundamental e estruturante. Às vezes, damos demasiada importância ao ensino secundário quando tudo o que se aprende deveria estar cimentado atrás. Mas isso também já foi aqui falado.

Vou apenas referenciar alguns apontamentos que enviei no documento sobre a reorganização curricular, como o caso das aulas de 45 minutos. Penso que é uma perda de tempo - sobretudo quanto mais novos forem os alunos, mais perda de tempo é. Acho que deveriam ser definitivamente abolidas e, assim, recuperar-se-ia tempo para outras coisas mais importantes.

Outra questão de que também não se falou e me parece extremamente importante é a revisão profunda dos currículos. Como bióloga, ensino Biologia, Geologia e Ciências Naturais e reparo que, sobretudo no 3.º ciclo, há uma repetição exaustiva de várias unidades e subunidades, como, por exemplo, em Físico-Química e em Educação Tecnológica. Portanto, há uma perda de tempo, uma confusão para as crianças, porque veem um professor dar a mesma matéria em várias disciplinas. Penso que este seria um aspeto a ter também em conta.

Quanto ao espaço da Formação Cívica, penso que se mudássemos a designação «Formação Cívica» para algo como «Direção de Turma» seria importante, pois quem é diretor de turma não pode estar a perder aulas da própria disciplina para estar a trabalhar um conjunto de problemas com as turmas. E esse espaço «Direção de Turma» (talvez não Formação Cívica) deveria estender-se a todos os anos de escolaridade, porque desde que não haja monodocência, do 2.º ciclo ao secundário há direção de turma e, portanto, penso que esse espaço seria extremamente importante — e, talvez, o único de 45 minutos.

Por outro lado, tenho outras sugestões um pouco mais arrojadas, nomeadamente no que diz respeito à Biologia e à Geologia, atendendo que fui orientadora de estágios durante muitos anos.

Faz-me alguma confusão, porque considero que os geólogos e os biólogos têm uma formação completamente diferente e, não querendo pulverizar as disciplinas, era preferível para os alunos que o biólogo desse Biologia e que a Geologia fosse dada pelo geólogo. É algo de que normalmente não se fala. Penso que, na Física e na Química, o problema é exatamente igual.

Tenho propostas muito mais arrojadas, que enviei por escrito e que estão identificadas com o meu nome. Portanto, se entenderem, poderão consultá-las depois, não vale a pena estar agora a roubar mais tempo.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem a palavra a Professora Ana Simões, da Federação Nacional dos Professores (FENPROF).

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Simões** (FENPROF) (29): - Sou educadora de infância do quadro de educação especial do Agrupamento de Escolas Dr. Alberto Iria, em Olhão, e quero colocar duas questões prévias, antes de me referir à proposta.

Esta discussão pública até ao dia 31 de janeiro é para não haver um debate sério e verdadeiro sobre uma reorganização curricular, pois visa somente ajustar ao Orçamento, que, como a Sr.<sup>a</sup> Deputada disse, prevê, para as alterações curriculares, uma redução de 102 milhões de euros. E a legislação, tal como o Sr. Ministro da Educação está a dizer pelo País, é para estar pronta até março e, portanto, não havia tempo a perder com uma verdadeira discussão sobre uma reorganização curricular a sério.

Por outro lado, não é corporativismo defendermos o emprego dos professores. Se virem bem o que está na proposta e no Orçamento do Estado, estas quatro folhinhas propostas pelo Ministério da Educação são somente para despedir professores, porque as alterações curriculares dizem apenas respeito a horários de professores.

No entanto, isto é só uma peça de um *puzzle*. Neste momento, todos os professores dos grupos de recrutamento devem estar preocupados com a sua situação profissional, porque não podemos falar desta proposta de revisão da estrutura curricular sem referir, também, o que está no Orçamento do Estado sobre o encerramento de escolas e a continuação da constituição de mega agrupamentos, que vão prejudicar os docentes de todos os grupos, os não docentes, os técnicos, etc.

Inscrevi-me para falar da educação especial, porque não se pode fazer uma verdadeira reorganização curricular numa perspetiva inclusiva sem se referir a educação especial.

É uma área que deve ser tida como transversal, é certo, mas, neste momento e com o alargamento da escolaridade obrigatória, não se está a preparar o ensino secundário para a inclusão destes alunos.

Neste momento, os quadros das escolas secundárias não têm professores de educação especial, técnicos ou funcionários para darem apoio a estes alunos, sendo os docentes dos 2.º e 3.º ciclos que estão a dar um apoio, a meio tempo, para que não se possa dizer que há um vazio neste sentido.

Quero referir também que o fim das competências essenciais para todos os alunos é importante, mas para os alunos com necessidades educativas especiais é muito importante, porque é através das competências que eles atingem o seu sucesso na escola.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem a palavra o Professor António Nabarrete, da FRENPROF.

O Sr. **António Nabarrete** (FRENPROF) (30): - Sr.<sup>a</sup> Coordenadora, cumprimento a Mesa e todos os presentes neste debate.

Dada a escassez de tempo e porque não haverá outra possibilidade, vou procurar ser muito telegráfico em três ou quatro pontos.

Já aqui foi dito, e é claro pelo tipo de documento apresentado, que se trata de uma revisão da estrutura, e não é por acaso que vai de encontro ao Orçamento do Estado, para cortar os 102 milhões de euros de forma completamente atrabiliária.

Gostava, no entanto, de chamar a atenção para o seguinte: se qualquer dos professores presentes pegasse nas quatro folhinhas que aqui estão e quisesse classificar um aluno do 2.º ciclo, teria imensas dificuldades em dar 1, quanto mais 2, ou 3, ou 4, ou 5. E isto por uma razão muito simples: diz o Sr. Ministro e diz a proposta — esta «propostazinha» —, que têm como objetivo principal acabar com a dispersão curricular. Ora bem, a medida emblemática é partir uma disciplina em duas e reduzir a carga horária. É de um rigor absolutamente extraordinário!... É a coisa mais rigorosa que há, que, aliás, só se aproxima do tempo de que dispomos aqui para falar.

O rigor está nisto, ou seja, está nestas «propostazinhas» e nos tempos.

Como é possível fazer uma revisão que vai abrir caminho a uma verdadeira reforma curricular dos programas, das metas, etc., fazendo estes pequenos cortes cirúrgicos? Como posso estar agora a decidir que uma determinada disciplina tem 45 minutos ou tem 90 minutos, se depois, mais tarde, é que o programa é definido? E se não se conjugar? Estamos a brincar com todos nós?!

Houve aqui quem considerasse que se trata de uma coisa absolutamente extraordinária, própria da democracia. É, realmente, da democracia, mas da democracia inútil, porque estamos

todos a tentar ser sérios na discussão de uma proposta que não é séria, que é uma vergonha do ponto de vista conceptual e das suas próprias contradições internas.

*Aplausos.*

Mas há mais! Acusa-se a FENPROF ou os sindicatos de serem corporativos. Vejam lá o que os sindicatos fazem: defendem os seus membros, que é uma coisa absolutamente extraordinária!... Os patrões podem defender os patrões, mas os sindicatos, quando chamam a atenção de que a proposta tem como fim não as questões pedagógicas, mas apenas despedir professores para reduzir os 102 milhões de euros, são organizações horríveis, são uma «máfia» extraordinária que está a defender os seus associados.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Peço que tenha em atenção o tempo, se faz favor.

O Sr. **António Nabarrete** (FRENPROF): - Como já que não tenho tempo para outras coisas, termino colocando uma questão. No meio da pouca vergonha que é esta proposta, gostava de saber por que é que o Ministro da Educação e o Governo andaram a brincar com os jornalistas, com os sindicatos e com as escolas, ao apresentarem duas propostas, uma das quais tinha uma questão relacionada com as precedências do 9.º ano para o 10.º ano que nunca foi explicada.

*Aplausos.*

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem a palavra a Professora Anabela Brás, da Escola Secundária da Ramada.

A Sr.<sup>a</sup> **Anabela Brás** (Escola Secundária da Ramada) (31): - A minha breve intervenção não se integra propriamente no que tem vindo a ser dito, mas tem a ver com algo que não tenho visto nas várias reformas curriculares que têm existido e que também não está presente nesta.

Não vou defender que há umas disciplinas mais importantes do que outras, mas há certas disciplinas que, inevitavelmente, exigem pré-requisitos. Tenho consciência de que uma reprovação é onerosa. No entanto, o que acontece é que os alunos vão passando progressivamente de ano. Por exemplo, em Inglês, os alunos passam para o ano seguinte sem terem alcançado os objetivos mínimos, ou seja, no ano seguinte vão frequentar uma aula durante 90 minutos, não entendendo o que está acontecer. E o mesmo se verifica a Matemática e a



outras disciplinas. Sei de casos de alunos que vão progredindo nesta situação, inclusivamente até ao secundário.

Está a fazer-se algo que não dignifica o próprio aluno, que é permitir que ele esteja durante imenso tempo a ouvir coisas que não está a entender. É um pouco como se estivéssemos aqui a ouvir-nos uns aos outros em chinês! É natural que eu provocasse indisciplina, falasse com o meu colega do lado, se ele me entendesse, porque, pura e simplesmente, não estava a entender o que era dito. Tenho visto sucessivas reformas curriculares que não têm isso em conta.

Não sei como organizar — ou melhor, sei, mas não cabe aqui dizer —, mas penso que, no fundo, não se tem em conta que o saber é para iluminar e não apenas para dar um emprego mais tarde. O saber vale por si mesmo, a dignidade do aluno também. Pensa-se em mais disciplina entre a disciplina e não se dá ao aluno algo que a nossa geração teve, ou seja, que o saber faz bem, compreende-se.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem a palavra a Professora Maria do Rosário Barros, da Escola Secundária Virgílio Ferreira.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria do Rosário Barros** (Escola Secundária Virgílio Ferreira) (32): - Muito bom dia a todos.

Embora vá repetir algo que já aqui foi dito várias vezes, parece-me tão grave que sinto necessidade de o repetir.

É inaceitável que seja apresentada uma proposta de revisão da estrutura curricular com implicações profundas na estrutura do sistema sem, previamente, se discutir a sério os objetivos que devem reorientar uma organização da escola, do sistema escolar no contexto de uma escolaridade obrigatória de 12 anos.

Julgo que a responsabilidade (ou a irresponsabilidade) a assumir por quem aceitar votar uma perspetiva aparentemente tão parcelar e com as tais intervenções tão cirúrgicas, mas com implicações profundas no modo como passa a ser concebida a escola, a educação dos alunos e a escolarização desses mesmos alunos, faz com que as pessoas devam pensar muito bem antes de poderem aceitar participar num ato deste tipo.

Por outro lado, passando agora a questões que são mais particulares, mas que não deixam, do meu ponto de vista, de ter importância, pergunto: qual é, afinal, a perspetiva que está implícita nesta revisão da estrutura curricular? Será dar reforço às aprendizagens fundamentais? Não sei, tenho dúvidas, porque continua a ter-se uma visão maniqueísta que separa conteúdos de competências. Até há muito pouco tempo, vimos o contrário, ou seja, havia quem pensasse que se podiam desenvolver competências sem conteúdos. Agora, caímos no polo oposto da mesma visão dualista e maniqueísta.

Outra questão: pensa-se que se deve reforçar a aprendizagem da Língua Portuguesa e da Matemática. No entanto, ressalta desta proposta uma visão tão limitada e tão estreita que parece pensar-se que os conteúdos e competências linguísticos e matemáticos apenas são adquiridos no contexto muito limitado da disciplina de Português ou de Matemática.

*Aplausos.*

Portanto, é verdadeiramente confrangedora a pobreza pedagógica que está implícita nesta proposta.

Para terminar, digo que a única justificação que encontro é, de facto, a financeira. Não há qualquer preocupação pedagógica ou de melhoria do rigor, da exigência e da qualidade de ensino.

*Aplausos.*

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem a palavra a Professora Maria do Carmo Borges, do Agrupamento Vertical de Escolas Miradouro de Alfazina.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria do Carmo Borges** (Agrupamento Vertical de Escolas Miradouro de Alfazina) (33): - Muito obrigada pelo convite e, na sequência do que foi referido, quero dizer-vos que, apesar do Agrupamento do Miradouro de Alfazina se situar num excelente enquadramento paisagístico, talvez o melhor do País, que é em frente dos Jerónimos, ele tem também o pior insucesso do distrito de Setúbal e dos piores do País.

Contraditando o que foi dito há pouco pelo representante da Juventude Popular, a minha prioridade são os meus alunos e as realidades do meu agrupamento — e penso que o mesmo vale para o agrupamento da Inês, que é mesmo ao lado, na Caparica. O que nos entra, diariamente, pela escola adentro, é a violência, a toxicodependência, a miséria e a fome.

Portanto, priorizamos os nossos alunos e não podemos aceitar que, em nome de medidas orçamentais, como aqui foi dito, se abatam disciplinas com uma função fundamental, como a de Formação Cívica, que tem um carácter estruturante igual ao das disciplinas de Português, de Matemática e outras.

Portanto, estamos a falar dos interesses dos nossos alunos, que é o que nos move, que é o que está na lei de bases e que é o objetivo da escola pública.

Tudo o que se decide hoje terá consequências amanhã. Quem lidera, quem dirige, quem decreta tem de saber quais as consequências, qual o resultado. Portanto, não se pode avaliar isoladamente a alteração da estrutura, ou seja do que for, sem pesar essas consequências.

Apesar de o tempo ser escasso, não quero deixar de dizer que, num momento em que tudo tem os dias contados, em que tudo está a prazo, em que sentimos que tudo está a ser saldado em nome de uma troica, de um orçamento, em que se põe em causa a escola pública desta maneira, sentimos que o fim do «par pedagógico» (isto ainda não foi dito) em Educação Visual e Tecnológica (EVT) é extremamente grave porque põe em causa a segurança em sala de aula.

Ainda ontem, dois alunos do meu agrupamento agrediram-se armados, um com um x-ato e outro com um canivete. Eles foram de imediato preventivamente suspensos. Mas, repito, trata-se de uma questão de segurança, o fim do «par pedagógico» em EVT é muito grave!

Portanto, quando se está a decidir é preciso pensar em tudo isto.

O tempo não me permite alongar mais, mas quero dizer-vos que a longa duração nunca é associada às alterações, às reformas que estão a ser feitas ao nível da educação.

Quando se disse, há pouco, que são muito graves os erros que se cometem, isso tem especial peso nos sectores da saúde e da educação, porque estamos a lidar com gente. Portanto, é preciso ter muito cuidado com os erros que se cometem hoje.

*Aplausos.*

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco) - Tem a palavra o Professor Luís Filipe Santos, do Sindicato Independente de Professores e Educadores (SIPE).

O Sr. **Luís Filipe Santos** (Sindicato Independente de Professores e Educadores) (34): - Bom dia à Mesa e a todos os presentes.

Em representação do Sindicato Independente de Professores e Educadores apenas quero dizer que o SIPE não compreende esta reorganização, apenas a vê como uma alteração pontual, essencialmente ao nível da carga horária dos professores e dos docentes, conforme foi dito na nota de apresentação do Orçamento do Estado e não no Programa do Governo. Estas são questões que têm de ser fundamentadas, estudadas atempadamente e experienciadas.

Entendemos também que, com estas medidas, muitos professores e educadores irão para o desemprego e que elas não irão contribuir para a melhoria da qualidade da educação dos nossos alunos e das suas aprendizagens.

Não é com o fim da disciplina de Formação Cívica que se irá melhorar a qualidade das aprendizagens dos alunos. No momento em que urge educar para a cidadania, retirar a Formação Cívica não nos parece a melhor proposta, a melhor medida.

Defendemos a continuação e a manutenção da disciplina de EVT e a manutenção do «par pedagógico», porque consideramos que é uma disciplina de sucesso e fomenta a integração total do aluno.

*Aplausos.*

Também defendemos a continuação do desdobramento das ciências ditas experimentais, porque só assim se pode impulsionar o País para o crescimento económico, para a investigação, para o experimentalismo.

Com isto, estamos a lutar pelos interesses dos nossos filhos e dos nossos alunos, não só pelos interesses dos professores, pois também somos pessoas e compreendemos que os nossos alunos e filhos têm de ser defendidos. E, se queremos defender mais os nossos alunos, devemos diminuir o rácio professor/aluno, o número de alunos por turma para melhorar a qualidade de aprendizagem, e reconhecer as atividades de enriquecimento curricular (AEC) como elemento fundamental na escola pública, mas de uma forma reorganizada e mais bem estruturada, não utilizando os docentes como mão-de-obra barata e instável em questões laborais.

*Aplausos.*

Para terminar, quero dizer que o SIPE estará sempre ao lado da escola pública, das qualidades dos alunos e da valorização da dignidade do docente e da sua profissão.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem a palavra a Professora Elsa Barbosa, da Associação de Professores de Matemática.

A Sr.<sup>a</sup> **Elsa Barbosa** (Associação de Professores de Matemática) (35): - Bom dia a todos os presentes e obrigada pela oportunidade.

Muito rapidamente, vou ler alguns pontos.

Atualmente, com a escolaridade obrigatória de 12 anos, falar em revisão da estrutura curricular referindo apenas os percursos regulares é, na nossa opinião, uma mensagem perigosa. É fundamental que haja percursos bem definidos e de qualidade, que sejam alternativos a este percurso que me parece ser o estritamente regular.

Neste contexto, nomeadamente no ensino básico, os cursos de educação e formação carecem de alguma reformulação, nomeadamente de serem melhor vistos em termos de sociedade e de trazerem mais qualidade para os alunos que os frequentam. Ora, é fundamental que neste percurso continue a existir o ensino artístico e tecnológico. As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) são fundamentais e não é verdade que no nosso País os nossos alunos já as dominem. Há uma grande parte de alunos do interior que não as domina e, portanto, é fundamental que haja uma aposta nessa matéria.

Não faz sentido fechar o conhecimento dos alunos ao que o Ministério atualmente chama «conhecimentos fundamentais», reforçando apenas a aprendizagem das disciplinas essenciais — eu sou da Associação de Professores de Matemática e, portanto, que fique claro que entendo que a minha disciplina é fundamental.

Preocupa-nos também a falta de horas para apoio ao estudo no 3.º ciclo. De facto, num ciclo em que há tantas dificuldades manifestadas pelos nossos alunos, em que os exames demonstram que ainda há muito a fazer, nomeadamente ao nível da Matemática e do Português, mas também das outras disciplinas, não se entende como é que não aparecem, nesta revisão estrutural, as horas de apoio ao estudo para melhorar as aprendizagens dos alunos.

Em relação à disciplina de Matemática, na nossa opinião, não é necessário mexer em programas. Relembramos que, ainda há muito pouco tempo, foi gasto muito dinheiro com o programa do ensino básico e, neste momento, temos um programa atual, de qualidade e que serve muito para além do que está a ser trabalhado atualmente nas escolas.

Portanto, não é necessário fazer essa dita alteração. É necessário, sim, que continue a haver uma aposta na formação contínua de professores, no sentido de melhorar o ensino e a aprendizagem dos nossos alunos.

*Aplausos.*

A Sr.ª **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem a palavra a Professora Fernanda Ledesma, da Associação Nacional de Professores de Informática (ANPRI).

A Sr.ª **Fernanda Ledesma** (Associação Nacional de Professores de Informática) (36): - Para já, queria dizer o seguinte: consideramos que o facto de as TIC serem transversais não é uma fragilidade, a Língua Portuguesa também é transversal. A transversalidade é a sua força.

Congratulamo-nos com a introdução das TIC ao nível do 2.º ciclo. A nossa associação gostou dessa ideia, mas consideramos que, se a proposta persistir como está, prevendo duas disciplinas — TIC e ET—, elas devem ser feitas com desdobramento: metade da turma em ET e metade da turma em TIC.

Também consideramos que, ao nível do 2.º ciclo, as TIC não são suficientes, porque, como já referiu a colega da Comissão Nacional de Proteção de Dados, há conteúdos que não podem ser abordados ao nível do 2.º ciclo. Portanto, as TIC têm de continuar ao nível do 3.º ciclo com outros conteúdos, com programas reestruturados e não com estes, obviamente.

Consideramos que elas devem ser aprofundadas ao nível do 10.º ano, porque estamos numa sociedade de informação e precisamos das TIC em todas as áreas: os alunos precisam das tecnologias quer em todas as áreas de aprendizagem quer na sua futura vida profissional.

Quando falamos em TIC, não estamos a falar de utilizar a máquina, de ligar ou desligar o computador, mas, sim, da utilização pedagógica das TIC e do que os alunos podem rentabilizar daí para a sua vida enquanto estudantes e para a sua vida futura.

Quero salientar ainda que as TIC já são importantes na sociedade de hoje em dia, mas consideramos que vão ter cada vez mais importância, porque os nossos alunos estão a perder as condições que ganharam há algum tempo, quando tinham *Internet* em casa. Cada vez aparecem mais alunos na escola a dizer que deixaram de ter ligação à *Internet* para fazer os trabalhos das disciplinas.

Portanto, esta área tem de existir e tem de ter condições.

Tem havido alguma confusão entre Educação Tecnológica e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), porque dá algum jeito confundi-las. A Educação Tecnológica é uma área artística e nós somos das ciências da informação. Portanto, não é a mesma coisa: são duas disciplinas distintas que têm de ficar distintas, não têm de ser a mesma disciplina. As TIC têm um grupo titular para as lecionar, com formação pedagógica e técnica adequada para o fazer.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem a palavra o Professor António Ramos, da Associação Nacional de Professores de Informática (ANPRI).

O Sr. **António Ramos** (Associação Nacional de Professores de Informática) (37): - Agradeço a oportunidade de estar aqui presente e vou aproveitar para levantar algumas questões que nos preocupam em relação a esta proposta do Ministério.

Em relação ao ensino secundário, fala-se da possibilidade de abertura de novas disciplinas e foi dado como exemplo a disciplina de Programação Informática. A ANPRI apresentou, em devido tempo, uma proposta para uma nova disciplina nesta área, pois considera que esta disciplina de Programação Informática, tal como é apresentada, é redutora quanto aos conteúdos da informática, que é muito mais do que programação.

Mais do que isto, preocupam-nos um conjunto de problemas que estão relacionados com a reforma.

Primeiro: quando vão ser feitos os programas? Quando vão ser estabelecidas as metas? Teremos a proposta final, provavelmente, em finais de fevereiro e custa-me muito perceber como vai haver tempo para fazer isto tudo. No ensino básico, as TIC vão ter de ter, obrigatoriamente, um programa novo; não podemos ter o mesmo programa que lecionávamos a alunos do 9.º ano.

Uma outra questão que nos preocupa, e que já foi referida, é a de saber por que é que na reforma não se fala do ensino profissional, das formas alternativas. Todos os alunos que este ano concluíram o 9.º ano terão de prosseguir os estudos; parece que vão todos prosseguir no

ensino regular, mas sabemos que isso é quase impossível. Nada se fala sobre isto e há um vazio que é importante preencher.

Outra questão que nos preocupa é saber quem vai fazer a definição das metas e da revisão dos programas. Normalmente, as metas são definidas por pessoas que não são professores, e isso preocupa-nos, porque, em muitos casos, o que acontece é que são desajustadas da realidade de quem, no dia-a-dia, trabalha nas escolas. Era, pois, importante que os professores fossem chamados a essa tarefa.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem a palavra o Professor Rui Madeira, do Agrupamento de Escolas do Barreiro.

O Sr. **Rui Madeira** (Agrupamento de Escolas do Barreiro) (38): - Muito bom dia. Formulei uma proposta escrita e agora vou reformulá-la — aliás, penso que o improvisado é a nossa profissão. Diariamente, improvisamos e conseguimos dar a volta ao texto e criar manobras de diversão que são necessárias para cativar a atenção dos nossos alunos. Agora, vou tentar cativar a atenção de todos nós.

Penso que é necessário centrarmos a questão na criança.

A criança é a nossa matéria-prima, é a parte mais importante, não é o elo mais fraco, e será o óbice do nosso trabalho, que não tem garantida uma série de situações relacionadas com a sua guarda, porque ambos os pais trabalham ou querem trabalhar, os avós também ainda estarão a trabalhar e as crianças têm de ser institucionalizadas.

Também sou presidente de um jardim-de-infância, no qual lidamos com 350 crianças em creche e pré-escolar, e aí há Expressões e as crianças são felizes.

Gostava de saber se o Estado tem dado resposta para que as crianças até aos 3 anos tenham estas experiências. Não tem. São as IPSS que estão a fazer isto no terreno. Depois, essas crianças prosseguem pelo pré-escolar do Estado, que já é melhor, e aí as crianças têm Expressões. Estas são parte fundamental e coadjuvante das outras áreas, nomeadamente dos conhecimentos.

Sou professor de ETV (não estou de amarelo, peço desculpa, não sabia que era assim) e penso que é muito importante que nos consigamos centrar naquilo que queremos para as crianças, e as Expressões são coadjuvantes de todo o mundo do conhecimento.

Penso que buscamos a felicidade.

Já aumentaram as horas de ensino da Matemática e da Língua Portuguesa. A Matemática servirá para os alunos saberem quanto vão conseguir gastar com 500 € quando forem profissionais de uma coisa qualquer — com a licenciatura, também não sei qual será! Isso é que é a felicidade da criança? Não é. A criança tem de ter o tal saber helenístico de que ainda

há pouco se falou, tem de conhecer as belas artes, tem de conhecer as Expressões; as Expressões têm de ser introduzidas no 1.º ciclo.

Enviei para a Comissão um documento que, no fundo, acaba por propor uma maior incidência das Expressões no 1.º ciclo - aliás, o representante da Associação de Professores de Educação Física também o salientaram -, porque as Expressões são importantes, e eu não vou dividir entre as plásticas, as artísticas, as psicomotoras, as musicais... Todas são Expressões e temos de dar Expressões às crianças, porque eles já têm as áreas do conhecimento, da Língua Portuguesa, da Matemática, do Estudo do Meio, dadas pelo professor titular, e estes professores estão a necessitar da nossa ajuda. Nós temos de ir ao 1.º ciclo para que as crianças mais tarde, quando tiverem 500 € para gastar, tenham alguma felicidade na realização pessoal que podem fazer com essas Expressões.

*Aplausos.*

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem a palavra a Professora Teresa Cunha, da Associação de Professores de Português.

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Cunha** (Associação de Professores de Português) (39): - Sr.<sup>a</sup> Coordenadora, Sr.<sup>a</sup> Minhas Senhoras e Meus Senhores: Vou cingir-me essencialmente às questões do Português, embora relativamente a outras áreas também questionemos alguns dos aspetos desta reorganização curricular, que nos parecem preocupantes e que abordámos no documento que enviámos. Mas, como disse, não vou repetir pontos relativos a outras disciplinas que já aqui foram apontados, vou cingir-me à questão do Português.

Em primeiro lugar, quero dizer que os programas de Português, que foram elaborados recentemente, à semelhança do que se faz noutros pontos do mundo e da Europa concretamente, foram feitos com base no currículo nacional. Ora, constatámos, há menos de um mês, que tinha sido revogado o currículo nacional do ensino básico e questionamo-nos sobre se haverá alguma substituição. E, visto os programas terem sido alicerçados neste documento, ficámos apreensivos com a situação.

Em segundo lugar, já que são programas de Português, continuamos a questionar-nos sobre o porquê de haver duas designações: uma para o ensino secundário — Português — e outra para o ensino básico — Língua Portuguesa. Porque é que não há uma uniformização da nomenclatura?

Propusemos ainda, em diversos documentos e continuaremos a fazê-lo, um reforço de 45 minutos em desdobramento para o ensino secundário, que não foi contemplado, porque as turmas cada vez são maiores - temos turmas muito numerosas - e a componente prática perde-



se. Nos programas que apostam na oralidade, que apostam na escrita, em nosso entender, seria muito importante poder trabalhar em oficina com grupos de número mais reduzido.

Também não conseguimos ver contemplada nesta reorganização a questão do Português como língua não materna. Muitos, se calhar, não se darão conta desta situação, porque temos vários tipos de escola no nosso País, temos as tais dicotomias que já foram referidas, mas a verdade é que temos escolas em que há turmas inteiras de alunos para quem o Português não é a língua materna.

Portanto, preocupa-nos muito a inexistência de um programa de Português como língua não materna que vise esta enorme percentagem de alunos, percentagem que, depois, também vai constar dos *rankings* nacionais, que são sempre apresentados completamente dissociados dos estudos de variáveis de contexto.

Apresentamos as escolas muito bem posicionadas, mas em relação às outras não se faz o estudo das variáveis de contexto e não se tenta resolver esta situação - não é só para constatar, não nos interessa constatar.

Isto faz-nos cair na questão da avaliação externa, que, realmente, é muito importante, mas tudo o resto tem de ser contemplado. E, como alguém afirmou há dias, até numa entrevista para a nossa revista, uma escola que se limita a constatar e nada faz é uma escola que não tem grande utilidade.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem a palavra a Professora Maria de Fátima Vieira, do Agrupamento de Escolas Gonçalo Mendes da Maia.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria de Fátima Vieira** (Agrupamento de Escolas Gonçalo Mendes da Maia) (40): - Sr.<sup>a</sup> Coordenadora, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Sou professora de Físico-Química e sou também membro do Sindicato Independente de Professores e Educadores (SIPE).

Penso que todos os que aqui estamos queremos uma escola pública de qualidade, onde temos turmas muito heterogéneas, e estamos preocupados com esta revisão da estrutura curricular, nomeadamente, no meu caso, com as disciplinas da área das ciências, no 3.º ciclo.

Vivemos numa sociedade cada vez mais tecnológica, cada vez mais dependente da ciência e da tecnologia e será importante que continue a haver um efetivo desdobramento das ciências experimentais nos 2.º e 3.º ciclos, ou seja, que metade da turma tenha, num determinado tempo letivo, Físico-Química e a outra metade tenha Ciências Naturais e, na mesma semana, haja uma troca para permitir que, realmente, os alunos possam também fazer e não só ver.

É importante que os jovens tenham uma preparação adequada nas disciplinas de Físico-Química e Ciências Naturais (e também na de Ciências da Natureza, do 2.º ciclo, porque estamos a falar do 3.º ciclo, mas o que está para trás é importante), para os preparar não só para

o ensino secundário como para serem cidadãos culturalmente ativos. É, pois, preciso melhorar a cultura científica.

Também considero que é importante manter a área de Formação Cívica, nos 2.º e 3.º ciclos, ou, em alternância, uma área a organizar e a decidir pelo conselho de turma, onde se possam continuar a tratar de assuntos da direção de turma, onde se possa trabalhar em projetos da turma e da escola, porque os miúdos têm muitas ideias nos 2.º e 3.º ciclos, e reforçar conteúdos em que os alunos tenham mais dificuldades. É uma sugestão.

Não me parece que as preocupações trazidas aqui pelos intervenientes apenas tenham em conta os interesses dos professores. Parece-me que estamos a pensar no futuro dos alunos.

Penso que a crise económica atual não pode ser justificação para tudo. A crise não é só em Portugal e não pode justificar tudo. E nós, quando falamos de ensino, estamos a pensar no futuro dos nossos jovens e no futuro de cidadãos adultos e responsáveis.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem a palavra o Professor Albino Almeida, da Confederação Nacional das Associações de Pais (Confap).

O Sr. **Albino Almeida** (Confederação Nacional das Associações de Pais) (**41**): - Nas pessoas de V. Ex.<sup>a</sup>, das Sr.<sup>as</sup> e dos Srs. Deputados da Comissão de Educação, Ciência e Cultura e, em geral, da Assembleia da República, saúdo todos os presentes.

Sou professor do ensino básico em primeira formação, mas objetivamente, até porque não leciono há 20 anos, não estaria nestas funções se ainda estivesse no ensino, pois há questões éticas que se impõem a qualquer cidadão.

Portanto, é na qualidade de pai e de Presidente da Confederação Nacional das Associações de Pais, Confederação que muito respeito, mas, sobretudo, na qualidade de cidadão, destes pais que integram as associações de pais, que se impõe que nos trabalhos desta Assembleia os portugueses possam ser esclarecidos por que é que não está feito o que estava prometido no Programa do Governo, que era um debate estratégico sobre a educação que queríamos para o País, no horizonte de 20 anos.

De facto, esse debate é essencial, esse debate é verdadeiramente enquadrador de tudo o que deveria fazer-se na educação. Trata-se de uma tarefa nobre da Assembleia da República fiscalizar por que é que isto estava no Programa do Governo e não está a ser feito.

A segunda questão que gostaria de abordar tem a ver com o reconhecimento de coerência na ação do Sr. Ministro da Educação. Quando estive em Caparide, a Confap disse, de imediato, que estávamos perante uma mudança de paradigma muito séria: a então anunciada retirada das competências essenciais para o currículo é, verdadeiramente, a reforma curricular.

Acontece que o Sr. Ministro, coerente com o que sempre escreveu e defendeu publicamente — até em livros —, fez essa parte e voltou à agenda que já vinha do tempo em

que a Dr.<sup>a</sup> Isabel Alçada estava no governo, que foi a de ajustar, racionando a educação, porque a Sr.<sup>a</sup> Merkel terá dito ao anterior Primeiro-Ministro que Portugal não podia ter dinheiro para coisas que a Alemanha ainda não tinha.

Ora, é nesse quadro que temos de perceber porque é que a reorganização é feita agora e porque é intercalar. É porque temos um bendito programa da troica, que nos obriga a todos a empobrecer de forma acentuada, com os mercados a premiar-nos ao baixarem permanentemente o *rating* de Portugal.

*Aplausos.*

Portanto, não nos equivocamos. Temos bem consciência de que esta reorganização curricular, muito bem chamada pela Comissão – à qual dou os meus parabéns também pela coerência, porque é disso que estamos a falar -, visa o objetivo de ajustar a nossa economia, as nossas finanças, à situação em que nos encontramos.

Por isso, para a Confap, há questões de fundo, que a tal retirada das competências vá obrigar o Governo a debruçar-se sobre elas, e há questões que são importantes, no imediato, que passo a enunciar.

Em primeiro lugar, há que definir os anunciados conteúdos e metas, de modo a que as escolas os possam planear, programar e realizar em tempo e com tempo, não perdendo de vista que a educação pela arte anima hoje muitas escolas, é referência em termos internacionais e é criminoso acabar com a educação pela arte,...

*Aplausos.*

... porque os pais pagam a educação nos impostos e não estão disponíveis para pagar mais impostos para ter cada vez menos educação! Portanto, este é um ponto fundamental.

Em segundo lugar, as escolas devem ter uma verdadeira autonomia curricular — com um compromisso de resultados, naturalmente — para organizarem as suas atividades letivas em matéria de recursos humanos e didáticos, prevenindo e prevendo a efetividade da frequência e aprendizagem de todos os alunos, em especial daqueles que revelem dificuldades de aprendizagem e, em consequência, risco de retenção e ulterior abandono.

Finalmente, em terceiro lugar, há que garantir que mais tempo para algumas disciplinas e menos horas na sala de aula, como foi anunciado, não signifique mais professores sem escola, de forma cega e sem atender, por exemplo, à necessidade de diversificar a oferta do ensino secundário em qualquer das vertentes, numa altura em que a frequência deste ciclo será obrigatória para todos os que terminem, com sucesso, o 9.º ano em junho próximo.

*Aplausos.*

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem a palavra o Professor Alberto Rodrigues, da Associação Portuguesa de Professores de Educação Visual e Tecnológica.

O Sr. **Alberto Rodrigues** (Associação Portuguesa de Professores de Educação Visual e Tecnológica) (42): - Sr.<sup>a</sup> Coordenadora, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Vou tentar ser muito breve e cumprir escrupulosamente os dois minutos de que disponho.

Gostaria de referir o desinvestimento que, ao longo dos últimos 30 anos, tem sido feito nas áreas da educação artística e da educação tecnológica. Relembro que, antes de 1991, tínhamos a disciplina de Educação Visual com dois tempos de 50 minutos semanais e a disciplina de Trabalhos Manuais com quatro tempos de 50 minutos semanais e «par pedagógico».

Ao longo do tempo, foi sendo sucessivamente cortado o tempo de exposição destas matérias para os alunos. Esta é uma questão pedagógica e não só socioprofissional, apesar de também essa ser muito importante e não dever ser esquecida.

Na proposta apresentada, não se sabe muito bem o que vai acontecer... Já foi explicado o funcionamento de Educação Tecnológica/Tecnologias da Informação e Comunicação, se calhar, até tentando confundir, dizendo que são coisas parecidas ou iguais, que não são, e fala-se em ser semestral... Mas, alguma vez, houve disciplinas semestrais para alunos com 9, 10 e 11 anos de idade, com um tempo de exposição a conteúdos, a experiências muito diminuto?! Não esquecer que podem ser os 45 minutos... Mas, como já foi questionado, 45 minutos semanais não é desinvestir nestas áreas? Pensem bem nisso.

Na questão dos programas, começa a construir-se a casa do topo - quais jardins suspensos!... Aqui é a reorganização suspensa, porque começa pelo telhado sem ter as estruturas, porque de programas e de metas educativas talvez se fale depois.

Uma última questão tem a ver com o que ainda não foi explicado – penso que não consegue ser explicado -, que é o paradoxo de se afirmar, no terceiro parágrafo da proposta, que a revisão agora apresentada reduz a dispersão curricular...

*Aplausos.*

No 2.º ciclo do ensino básico, elimina-se a Educação Visual e Tecnológica, criam-se as disciplinas de Educação Visual, de Educação Tecnológica e, ainda, de TIC. Ora, acho que isto não reduz a dispersão curricular, poderia ser, até mesmo, uma boa questão para colocar nos exames nacionais aos alunos para ver como é que eles a resolviam.

*Aplausos.*

Vou terminar, referindo um artista plástico, que devem conhecer, Andy Warhol, que disse, um dia, que todas as pessoas deveriam ter direito a 15 minutos de fama.

*Aplausos.*

Do que estamos aqui a tratar não é de fama, porque isso é efémero, é de algo que é muito importante para o País, que é o debate sobre o futuro da nossa sociedade, da nossa educação e da importância que ela terá em tempos vindouros.

*Aplausos.*

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem a palavra o representante da Juventude Popular, Francisco Mota.

O Sr. **Francisco Mota** (Juventude Popular) (43): - Sr.<sup>a</sup> Coordenadora, Srs. Deputados, Srs. Professores, antes de falar concretamente do documento que a Juventude Popular já fez chegar a esta Comissão, permitam-me que diga que a educação e a instrução em Portugal terão de ser uma pedra angular no futuro do nosso País, com mais qualificação, com mais alcance e, por conseguinte, com maior qualidade e excelência, porque investir na educação é apostar, sem dúvida, no futuro das novas gerações, o que exige mudanças e novos investimentos nesta área.

Nesta reorganização curricular, no que se refere ao 1.º ciclo, a Juventude Popular, defende, em primeiro lugar, que os alunos terão de ter, nos 3.º e 4.º anos, obrigatoriamente, Inglês e TIC, podendo optar por uma disciplina adicional nos restantes anos. Ou seja, nos 1.º e 2.º anos poderão escolher, como preferirem, duas disciplinas da componente de formação adicional; no entanto, no 3.º ano escolherão TIC e/ou Inglês, juntamente com outra das restantes; e no 4.º ano escolherão aquela, entre elas Inglês e TIC, que não tiveram obrigatoriamente em adição com outras das restantes.

Em segundo lugar, a oferta terá de ser sempre de três ou mais disciplinas da componente adicional. Na componente adicional, a recomendação é de duas horas por disciplina, podendo as mesmas ser ajustadas pelo docente.

Por último, propomos ainda a obrigatoriedade de as escolas divulgarem a sua oferta para que os pais possam decidir convenientemente que escolas escolhem para os seus filhos.

No 2.º ciclo do ensino básico, consideramos de extrema importância que o próprio Ministério defina as horas curriculares nas disciplinas de Língua Portuguesa, Inglês, História e

Geografia. Então, desse modo, Língua Portuguesa ficaria com seis tempos de 45 minutos, quer no 5.º ano quer no 6.º ano; de igual forma, teríamos três tempos para Inglês e para História e Geografia de Portugal. Com isto pretende evitar-se que haja diferenciação horária, de aluno para aluno, consoante a escola, com consequências formativas. O mesmo seria aplicado na Matemática e nas Ciências da Natureza - é o que defendemos.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Queira fazer o favor de terminar.

O Sr. **Francisco Mota** (Juventude Popular): - Porque o tempo é escasso, apenas acrescentaria que, no documento que apresentámos com as propostas estruturais, defendemos a redução do número de alunos por turma, seguindo as tendências de outros países, melhorando a aproximação do professor aos alunos e criando menos barreiras à aprendizagem.

É essencial que se perceba que as melhores turmas têm, em regra geral, menos alunos e um grau maior de aquisição de conhecimentos. Assim sendo, considerámos um máximo de 15 alunos por turma para o 1.º ciclo, 22 para o 2.º ciclo e 25 alunos para 3.º ciclo do ensino básico e para o ensino secundário.

Estas são algumas propostas, entre muitas outras, que estão referenciadas no nosso documento, que vos convido a consultar e que, certamente, esta Comissão terá em conta.

*Aplausos.*

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem a palavra o Professor Manuel Fernandes, da Confederação Nacional das Associações de Pais (Confap).

O Sr. **Manuel Fernandes** (Confederação Nacional das Associações de Pais) (44): - Sr.<sup>a</sup> Coordenadora, apenas queria fazer uma correção: não sou professor, sou pai.

Poderia dizer muita coisa, mas em 2 minutos não é possível. Aliás, comungo da opinião do colega que disse que era preciso muito mais do que um mês para debater estas questões da escola, das revisões curriculares, etc., que não basta uma manhã ou uma tarde.

Vou, por isso, limitar-me a deixar interrogações ou perguntas.

Em primeiro lugar, já foi feito ou pensado elaborar um inquérito nacional aos alunos, através das escolas, perguntando-lhes se gostam da escola de hoje? Ou seja, se não fosse obrigatório, andariam na escola? Não sei. Fica no ar a pergunta e a possibilidade de efetuar esse inquérito.

Deixo outra pergunta, que podia passar pelos professores: será que os professores gostam de lecionar no estado em que a escola ou o ensino está hoje? Também tenho muitas dúvidas em relação às respostas.

Por um lado, poderia ser a hecatombe da empregabilidade dos professores se fosse dada validade às respostas dos alunos, porque uma esmagadora maioria - e peço desculpa pela pretensão - era capaz de dizer «não gosto da escola de hoje e, se não fosse obrigatório, eu não ia»; por outro lado, se fosse dada a possibilidade aos professores de dizerem «vou aposentar-me, não tendo muito prejuízo com isto, vou sair da escola», as coisas também ficariam difíceis.

Portanto, o que é que defendo? Porque uns são obrigados e os outros precisam da escola dadas as suas circunstâncias profissionais, pergunto por que razão é que, dadas as circunstâncias do ensino e da educação (são dois termos que deviam ser distintos mas que, às vezes, se confundem), não é dada a liberdade a cada escola, agrupamento ou localidade específica de ter autonomia efetiva para desenvolver os seus projetos educativos, mas de uma forma séria - não é no papel, a nível teórico, para que, quando a inspeção das escolas lá vai, esteja sempre tudo bem estatisticamente, nos quadros, nos mapas, etc.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem a palavra a Professora Domingas Velez, do Agrupamento de Escolas n.º 1 de Beja.

A Sr.<sup>a</sup> **Domingas Velez** (Agrupamento de Escolas n.º 1 de Beja) (45): - Sr.<sup>a</sup> Coordenadora, vou tentar ser o mais breve possível, apontando alguns aspetos, alguns pontos em que a proposta apresentada me parece capaz e com força para gerar alguma reflexão.

Em primeiro lugar, uma vez que o ensino — apesar de não ser obrigatório — se inicia no pré-escolar, esta reorganização deveria ser contemplada a partir da sua raiz, isto é, desde o pré-escolar, incluindo os ensinios básico e secundário.

A nível do 1.º ciclo, é praticamente inexistente qualquer proposta, a não ser o reforço da Língua Portuguesa e da Matemática. Ora, parece-me que no 1.º ciclo, já há muito tempo, com a introdução das áreas das Expressões e das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) - as 25 horas -, há alguma confusão e os miúdos (mesmo os próprios pais) ainda não conseguiram assimilar o que se pretende com as Expressões nas 25 horas e com as AEC no tempo fora dessas 25 horas.

Há muitos miúdos do 1.º ciclo que estão todo o dia na escola, muitos vão para lá às 8 horas e saem às 19 horas. Embora a escola a tempo inteiro termine às 17 horas e 30 minutos, há muitos pais que os vão buscar somente às 19 horas. Portanto, para uma criança de 6, 7, 8 e 9 anos é excessivamente pesado estar tantas horas numa escola, apesar de a escola ser saudável e ser boa, em contrapartida - talvez - com outros ambientes. De qualquer forma, tudo na vida faz falta e isso tem de ser pensado.

Em relação ao 2.º ciclo e à questão do EV, dividido por ETL, penso que os professores serão os mesmos, por isso pergunto: porquê a divisão? Também não percebo a alternativa entre

ETL e TIC, não percebo se é para as escolas decidirem entre ETL e TIC, se é para ser semestral, anual... Portanto, não está esclarecido esse aspeto.

Quanto ao facto de o apoio ao estudo ser facultativo, os cinco meios blocos de 45 minutos, pergunto o que se pretende com isso numa escola, designadamente, se é a escola que decide e dá essa oferta, esse apoio facultativo, ou se são os pais que se inscrevem e a oferta existe na escola. De facto, esse ponto também não está esclarecido.

A Formação Cívica é transversal, é certo. Portanto, todos nós, adultos, pais, professores, educadores, formadores numa sociedade, temos responsabilidade em fazer essa formação transversal, mas não podemos, de alguma forma, prejudicar a parte do conteúdo programático das várias disciplinas. E, hoje em dia, na sociedade em que vivemos, a disciplina de Formação Cívica foi criada e faz muita falta, precisamente, para discutir e para aferir a socialização e toda a formação que a criança tem de ter no caminho para adulto.

A ausência das TIC, principalmente no 3.º ciclo, parece-me mal. Se vai ser antecipada para o 2.º ciclo, depois não há seguimento? Há um estrangulamento? Ou seja, existia a disciplina de TIC, que agora deixa de existir, passando a existir só no 2.º ciclo, não havendo sequer a hipótese de oferta de escola.

Tinha mais para dizer, mas compreendo que o tempo seja diminuto, pelo que apenas chamaria a atenção para o seguinte: em relação ao que aqui foi dito, de que esta reforma está a ser feita a pensar nos professores e não nos alunos, tenho mesmo de dizer que não concordo. Acredito que todas as pessoas que aqui estão estejam numa atitude séria e a pensar, principalmente, no ensino das crianças e dos jovens, e não nos professores.

De qualquer forma, gostaria de deixar uma questão: o que vai acontecer aos professores que vão deixar de ter serviço distribuído? Na minha escola, passamos de cinco para dois. O que vai acontecer a três desses professores?

*Aplausos.*

Mais: quando aqui foi dito que os pais devem poder escolher as escolas que querem para os seus filhos, penso que isso deverá dizer respeito ao privado e não ao público.

*Aplausos.*

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Vamos continuar com o programa da audição, dando agora a palavra aos representantes dos vários partidos políticos representados na Assembleia da República.

Começo por dar a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Heloísa Apolónia, do Grupo Parlamentar de «Os Verdes», que dispõe de 5 minutos.



A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): - Sr.<sup>a</sup> Coordenadora, em nome do Grupo Parlamentar de Os Verdes, quero cumprimentar todos os presentes e, para ser breve, começo por dizer o seguinte: Não há nada de novo. Aliás, foi amplamente constatado nesta audição que o que motivou esta chamada «reorganização curricular» foi um corte orçamental bastante significativo e o despedimento de professores. Ponto final.

Este é o objetivo que o Ministério da Educação quer atingir.

*Aplausos.*

Dito isto, torna-se absolutamente impensável e até impraticável discutir questões pedagógicas com o Sr. Ministro da Educação, como tivemos oportunidade de verificar na última audição que realizámos com ele aqui, na Assembleia da República. Isto porque partimos de pressupostos diferentes, porque queremos um educação diferente, porque temos visões diferentes, porque não temos o mesmo objetivo que o Ministro da Educação tem.

O Ministro da Educação assume ser um «mini» Ministro das Finanças para a área da educação e, portanto, neste momento, não temos ninguém no Governo a olhar pela educação. Ponto final.

Estamos reduzidos a isso, o que é mau para o País. E, voltando-me agora para a Juventude Popular, diria que isso também é mau para os alunos. Ou seja, quando queremos melhores condições estruturais nas escolas, isso é benéfico para os alunos, mas é uma chatice porque também é benéfico para toda a comunidade escolar; quando exigimos mais auxiliares de educação na escola, isso é bom para os alunos, mas é uma chatice porque também é bom para os auxiliares de educação; quando queremos professores motivados, empenhados e com boas condições, isso é excelente para os alunos, mas é uma chatice porque é bom também para os professores!...

Se não percebem que tudo isto está interligado, que é uma «bola de neve» que se repercute em benefício do nosso sistema educativo, que o nosso sistema educativo não é compartimentado e que, por isso, tudo o que fizermos para beneficiar todos os agentes da educação está a beneficiar, automaticamente, os alunos e o sistema de ensino, logo o futuro e o desenvolvimento do País, então não percebem absolutamente nada e partimos sempre, sempre da base errada! E qualquer «remendo» que estejamos a fazer não vai dar resultado, principalmente quando o «remendo» se sustenta num corte orçamental e no despedimento literal dos professores...

*Aplausos.*

... porque é aí que se vai poupar dinheiro.

Está tudo errado!

Há um método que é amplamente utilizado e que me preocupa imenso, muito mesmo, que é o do desprestígio dos professores, e isso repercute-se também negativamente sobre os alunos. Ou seja, quem está no poder tende a desprestigiar completamente os professores para sustentar as suas posições políticas, mas é bom que pensem que estamos a prejudicar também a escola e os alunos.

De facto, há quem fale muito da autoridade - e a autoridade também é importante na escola -, mas ao desprestigiar os professores, faz com que a autoridade também desapareça.

Há pouco, referi que se torna completamente insustentável discutir com o Sr. Ministro da Educação questões pedagógicas, porque o Sr. Ministro tem estudos para tudo, não sobre a realidade portuguesa, como aqui foi referido, mas tem estudos para tudo

Até fiquei um bocadinho perplexa por defenderem a redução do número de alunos por turma, o que acho muito bem, porque isso beneficia as condições de aprendizagem, mas, estranhamente, o Sr. Ministro da Educação, na última audição, referiu expressamente, perante uma pergunta que colocámos, que o maior número de alunos por turma é benéfico para as aprendizagens. E porquê? Para sustentar aquilo que agora está a propor!

Pedi-lhe estudos. Não tinha! Agora, pedi-lhos por escrito e estou à espera que o Sr. Ministro da Educação me envie os estudos devidos para eu perceber aquilo que, para mim, é absolutamente incompreensível – e desconfio que não seja só para mim...

Quanto à experimentação das ciências e ao fim do desdobramento, o Sr. Ministro acha que isto é um encanto!... O conhecimento dos alunos no 2.º ciclo é de tal modo incipiente que eles não podem experimentar! É uma coisa que não cabe na cabeça do Sr. Ministro! Pergunto: isto tem alguma razoabilidade?! Promover a experimentação em função da idade e das condições que a criança tem para promover as aprendizagens é negativo? Mas alguém consegue dizer que isto é negativo? Sim, consegue! O Sr. Ministro da Educação diz que sim, porque, para ele, o que é importante é o seguinte: o professor finge a experimentação, ou faz a experimentação; o aluno observa e pronto! Parte-se do princípio que o aluno aprendeu. Quando for maiorzinho, lá utilizará as suas mãozinhas para fazer qualquer coisa...

Confesso que não compreendo também a questão levantada do fim do «par pedagógico» e a da secundarização e desvalorização absoluta do ensino artístico. Não compreendendo! Quando estamos a falar de educação, estamos a falar de educação integral do indivíduo, em todas as suas componentes,...

*Aplausos.*

... da sua agilidade, do seu conhecimento dos materiais, das texturas, da prática da Matemática em EVT. É claro que ela também se faz!

*Aplausos.*

Então, como dizer que EVT não é essencial?!

Para terminar, queria aqui reforçar uma última preocupação – tinha muitas, obviamente – que é o fim da Formação Cívica. A Formação Cívica é importante no relacionamento com os outros, na aprendizagem da sua relação com o meio, na aprendizagem para a cidadania, na inter-relação de todos com todos, mas o Ministério da Educação não acha bem e acaba definitivamente com ela.

Só quero resumir desta forma: esta reorganização curricular é uma absoluta vergonha e contem connosco para continuar a fazer voz disso!

*Aplausos.*

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem, agora, a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Drago, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, que dispõe de 5 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Drago** (BE): - Sr.<sup>a</sup> Coordenadora, obviamente queria começar por saudar tantos participantes que, num espaço tão reduzido de tempo, quiseram estar presentes e dar o seu contributo para o que creio ser um processo determinante para o que vai ser a qualidade da escola pública nos próximos anos.

Creio que todos temos consciência que vivemos tempos perigosos para a escola pública, que aquilo que temos pela frente são cortes e mais cortes, medidas de austeridade em cima de medidas de austeridade, e a discussão específica que tivemos ao longo desta manhã demonstra um padrão. Apesar de todas as dificuldades, dos atrasos que Portugal tem no domínio da educação por ter montado uma escola pública democrática 50 anos depois de tantos países o terem feito no espaço europeu, em pouco mais de um ano, em cerca de 2 anos, dois Ministros da Educação acharam que a matriz curricular podia ser um expediente orçamental onde se fazia um conjunto de cortes para reduzir aquele que é o investimento na escola pública, em Portugal. Ora, isto parece-me muitíssimo perigoso.

Sei que entre as diversas pessoas que estão nesta sala teremos, se calhar, entendimentos diferentes entre o que é a especificidade da crise social e económica que se vive que se vive no País, mas creio que há um consenso por parte de todas as organizações, associações e pessoas que ao longo de anos têm trabalhado e discutido as questões da educação, que é a ideia de que educação é a única possibilidade que o País tem de construir um futuro diferente desta crise permanente que está a viver.

Um País que não tem muito mais recursos tem as suas pessoas, o seu capital humano e, portanto, a paixão da educação (um *slogan* que vai sendo mais ou menos dito e repetido ao longo dos anos) tem de ser levado a sério e não é aceitável que num domínio tão importante como o das questões curriculares se possam apresentar projetos como, no passado, apresentou a Ministra Isabel Alçada e, agora, apresenta o Ministro Nuno Crato.

Há até uma certa curiosidade. No passado, houve a possibilidade de derrotar aqui, na Assembleia da República, a reestruturação curricular que foi apresentada pela Ministra Isabel Alçada, mediante os votos favoráveis do PSD e do CDS, e agora olhamos para esta reforma e a Área de Projeto, que tinha sido cortada pela ex-Ministra, nem aparece aqui, porque já foi cortada; o fim do «par pedagógico» em EVT tinha sido apresentado e agora regressa; e esta ideia dos conhecimentos fundamentais.... Enfim, tudo isto é repetido, é o mesmo filme que vai voltando, diria, numa versão cada vez pior.

Devo dizer-vos que um dos aspetos que creio que é difícil de aferir neste tempo de debate público é de onde surgiram estas medidas, quem é que reivindicou estas medidas. Quem é que olhou para o quadro educativo, para as dificuldades que conhecemos das escolas, das famílias portuguesas, de um sistema que tem 35 anos mas ainda tem as suas dificuldades, e disse que era esta a solução para estas dificuldades que o sistema público educativo tem? De onde apareceram estas reivindicações? Onde estão os estudos? Onde está a avaliação da matriz curricular que tínhamos anteriormente? Onde é que isto está?! Não há!

*Aplausos.*

Alguém dizia: se num 12.º ano se fizesse uma proposta de trabalho aos alunos, dizendo para pensarem o que deve ser uma reforma da matriz curricular, dos currículos, dos programas, e elaborarem uma proposta, e, em seguida, apresentassem estas duas folhas – não são sequer quatro, porque depois são só os quadros com as horas –, o que é que os senhores, como professores, pensariam de um documento que não tem uma única justificação, um único apoio, que se justifica a ele próprio e nada mais diz sobre quais os objetivos desta reforma?! Isto é absolutamente lamentável, diria mesmo que é intelectualmente medíocre. Não há aqui nenhuma justificação, não há nenhum pensamento estratégico!

*Aplausos.*

Peço desculpa pela graçola, mas quando perguntei ao Sr. Ministro de onde tirou estas ideias brilhantes, porque é que achou que, perante os problemas que temos, estas são as soluções, estava à espera que ele comesse a cantar aquela canção usada no Euro, *I have a feeling*, porque não há mais nada!

*Aplausos*

Não há absolutamente mais nada! *I have a feeling!* Não há nenhuma justificação e há mesmo aspetos que foram referidos ao longo dos debates sobre educação nos últimos tempos pelo novo Governo, como esta coisa extraordinária de dizer que reduzir o número de alunos por turma é dificultar as condições de aprendizagem. Turmas com 28 alunos é que é uma coisa excelente! Isso é que permite uma aprendizagem personalizada, um trabalho pedagógico e didático personalizado...

E a Secretária de Estado Isabel Leite, como disse também a Deputada Heloísa Apolónia, apresentou-nos aqui uma teoria sobre o desenvolvimento cognitivo das crianças que, devo dizer, para mim, é absolutamente nova e estou obviamente à espera dos estudos.

Que ideia é esta de que experimentar com as crianças do 2.º ciclo de forma a que elas possam aprender com essas experiências, gerando curiosidade, é prejudicial?! Como se sabe, as crianças do 2.º ciclo aprendem melhor os conteúdos abstratos de disciplinas teóricas das Ciências Naturais e depois, então, é que vão experimentar!...

Devo dizer que nunca tinha ouvido uma teoria deste género e, portanto, já vale tudo.

A Sr.ª **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Sr.ª Deputada, atenção ao tempo.

A Sr.ª **Ana Drago** (BE): - Peço desculpa mas vou mesmo estender o meu tempo. Acho que esta não pode ser uma questão silenciada e, portanto, vou tentar ser o mais breve possível mas vou dizer o seguinte: a questão curricular é determinante do papel da escola pública.

*Aplausos.*

É obvio que o Governo tem legitimidade para apresentar as suas propostas, como têm os grupos parlamentares, mas uma estrutura curricular é uma missão societária, ou seja, é o que uma sociedade, com os seus grupos de participantes...

A Sr.ª **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Queira terminar, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Ana Drago** (BE): - Vou terminar, mas peço alguma tolerância.

Como se sabe, esta é uma matéria que tem de ser discutida com algum tempo e tenho pena que não tenhamos podido fazer esta discussão com algum tempo mais.

*Aplausos.*

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Sim, mas temos de nos respeitar uns aos outros. Faz parte das regras da democracia.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Drago** (BE): - Portanto, é preciso que uma sociedade decida, no espaço de 10 anos, o que é que as suas crianças e os jovens devem aprender. O que não pode acontecer é termos «um corta e cola», em que não se percebe como é que qualquer destas coisas vai funcionar, no futuro. Não se percebe como é que se diz que se combate a dispersão curricular e, afinal, se criam duas disciplinas, como é que se diz que são fundamentais os conhecimentos na ciência e se acaba com a experimentação. E porque é que se acaba com a Formação Cívica, que é uma reivindicação antiga das escolas exatamente para trabalhar as relações interpessoais?

Não se percebe como é que um Ministro diz que é fundamental trabalhar sobre as aprendizagens básicas e não tem uma reforma para o 1.º ciclo – e não a tem porque é impossível cortar no 1.º ciclo.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Muito obrigada, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Tem de terminar.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Drago** (BE): - Termino, Sr.<sup>a</sup> Coordenadora, e agradeço a sua tolerância, dizendo que todos percebemos que isto é apenas e só para cortar nos horários dos professores.

*Aplausos.*

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Dou, então, a palavra ao Sr. Deputado Miguel Tiago, do Grupo Parlamentar do PCP.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Drago** (BE): - Sr.<sup>a</sup> Coordenadora, só uma última frase. Temos muito trabalho pela frente, muitos debates, estas não são questões simples. Mas uma coisa é certa: a educação não é certamente o problema, é a solução.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Agora, sim, tem a palavra ao Sr. Deputado Miguel Tiago, do PCP.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): - Sr.<sup>a</sup> Coordenadora, antes de mais, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, queria agradecer a generosidade e os contributos que nos trouxeram voluntariamente para que a Assembleia da República possa fazer esta reflexão sem negar que dispõe dos elementos necessários.

Em segundo lugar, gostaria de dizer que esta audição, no entendimento do PCP, comprova com total clareza e evidência a justeza da proposta que o PCP apresentou na Comissão de Educação, Ciência e Cultura para a realização de uma audição pública, durante um dia inteiro, e a posterior audição do Ministro.

Entenderam o PSD e o CDS rejeitar a proposta do PCP e antecipar a audição do Ministro, realizando a audição pública durante uma manhã apenas. Julgamos que hoje, depois de ouvir esta «assembleia», estaríamos em melhores condições de confrontar o Ministro do que o inverso. Mas também não ficámos totalmente empobrecidos, porque a descrição que aqui foi trazida pelas Sr.<sup>as</sup> Deputadas Heloísa Apolónia e Ana Drago sobre as respostas do Ministro também ajudam esta «assembleia» a ter a lucidez na crítica e a perceber que, de facto, não estamos perante uma reorganização da estrutura curricular, estamos perante nada mais na menos do que um ajustamento dos currículos ao orçamento que a troica estrangeira impôs e que a nossa troica doméstica aceitou.

Na verdade, não é só um ajustamento orçamental, é um orçamento ideológico e é um ajuste de contas com a escola pública de abril, com o projeto democrático, com uma escola pública de qualidade e democrática para todos os portugueses, como elemento estrutural para o desenvolvimento social, económico, cultural e humano do País.

Esse é o ajuste final de contas que, neste caso, a troica portuguesa e a troica estrangeira querem impor, por via daquilo que é, na prática e a «cavalo» deste ajustamento ideológico, uma outra coisa, um despedimento coletivo. Portanto, esta reorganização curricular de curricular não tem nada. Reajusta horas de acordo com o orçamento que permitiram à troica portuguesa ter e que a troica portuguesa aceitou e acatou submissa e prontamente, como, aliás, já nos habituou, apresentando-nos, na prática, um despedimento coletivo de que não há memória no sector da educação.

Gostava de deixar esta nota: não podemos deixar de fazer a avaliação desta suposta revisão curricular no contexto em que ela se nos apresenta: dos mega agrupamentos, da reorganização da rede escolar, do lançamento do fim da democracia na gestão escolar, depois da «talhada que já levou no anterior governo, dos cortes orçamentais, da eliminação dos créditos das escolas e por aí fora. Enquadrando todas estas medidas, então, anuncia-se com toda a evidência, de facto, uma esmagadora ofensiva contra as características principais da escola pública, contra a Lei de Bases do Sistema Educativo, contra a Constituição da República Portuguesa.

A Lei de Bases do Sistema Educativo diz-nos que no 1.º ciclo o ensino se processa através da monodocência coadjuvada. Tínhamos aqui uma ótima oportunidade para tocar no 1.º ciclo, mas ele passou à margem de qualquer intervenção. E não é por acaso, porque a tendência, caros participantes nesta audição, é precisamente a oposta, é a de querer alargar a monodocência

até ao 6.º ano. Já tudo se prepara para isso e temos de estar prontos para esse combate, que vai ser um combate fundamental.

Mais: todos os estudos indicam que um ano de pré-escolar, antes do 1.º ciclo, é fundamental para combater as assimetrias cognitivas entre os estudantes e sobre isso esta reforma ou, melhor, este ajuste nada diz.

Portanto, de facto, estamos perante um rearranjo das coisas para satisfazer o enquadramento que foi ditado e que o Estado português, através do PS, do PSD e do CDS, aceitou, invertendo, inclusivamente, a ordem lógica basilar de qualquer reforma, que é, em primeiro lugar, traçar os objetivos e as metas.

Escusar-me-ei de aprofundar este aspeto porque ficou bastante patente do debate que não há qualquer fundamento nem pedagógico nem científico para esta atrocidade cometida contra o sistema de ensino e as suas características principais no âmbito da formação e da cultura integral do indivíduo. É desta perspetiva que, obviamente, o Partido Comunista Português não abdica, esperando que aqueles que são intervenientes no processo educativo, os que trabalham no sistema educativo e os estudantes, também não abduquem, ou seja, da formação de homens e mulheres plenos e inteiros, capazes de intervir na sociedade em todas as áreas, desde o desporto até às artes, passando pela literatura e pela matemática, como única forma de conseguir intervir, criativa e criticamente, na sociedade para a transformar; a educação como um elemento fundamental da emancipação do ser humano perante si mesmo e perante a sociedade.

Esta é, para nós, a perspetiva fundamental, que está a ser arrancada pela raiz através das políticas acumuladas do PSD, do CDS e do PS, que se vão sempre revezando e criticando mutuamente para que, na prática, nos enganem a todos e voltem às cadeiras do poder para fazer o mesmo que os outros, que lá tinham estado antes, tinham feito.

Termino, Sr.ª Coordenadora, dizendo que houve aqui quem duvidasse da utilidade desta audição, e eu partilho, obviamente, dessas dúvidas, tendo em conta a correlação de forças parlamentares com que estamos confrontados - uma maioria da troica. Mas, no que respeita ao PCP, que não restem dúvidas: apresentámos logo um projeto de resolução para o alargamento do prazo de discussão, que foi rejeitado; apresentámos a proposta para duas audições parlamentares, que foram rejeitadas. Depois desta audição, o PCP tem a obrigação - e vai fazê-lo hoje mesmo - de apresentar um projeto de resolução na Assembleia da República para o fim deste processo, para a sua suspensão imediata,...

*Aplausos.*

... e para o início de um novo processo, que chame à participação todos os agentes educativos - todos os estudantes, os pais, os professores, os sindicatos, cujos contributos não



podemos desprezar, as associações profissionais e científicas -, para que seja feito na sociedade portuguesa um grande debate, profundo, maturado, ponderado e com tempo, que estabeleça primeiro as metas e os objetivos e só depois a forma que lhes quer dar.

No Parlamento, o PCP fará isto para dar expressão ao que aqui ouviu hoje, e se esse projeto não for aprovado obviamente que proporá a cessação da vigência do decreto-lei que o Governo vier a apresentar. Mas, mais importante do que aquilo que o PCP possa fazer aqui dentro, é o que, lá fora, todos podemos fazer pela escola pública, que é lutar e cerrar as fileiras contra a política da troica estrangeira, contra a política da troica nacional e impor novamente um rumo de crescimento, de emancipação e de soberania do povo português.

*Aplausos.*

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem agora a palavra o Sr. Deputado Michael Seufert, do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): - Sr.<sup>a</sup> Coordenadora e Srs. Participantes (professores, pais e parceiros sociais), em primeiro lugar, gostaríamos de agradecer as intervenções que aqui fizeram e as propostas que nos fizeram chegar por escrito, que, espero, devem ser entregues junto do Ministério da Educação, que é quem as avaliará na lógica da discussão pública.

O facto de estarmos aqui a discutir uma proposta que nos é entregue no âmbito de uma discussão pública é já de si, diria, um facto de assinalar e que contrasta com outras formas de trabalhar, possivelmente tão ou mais legítimas do que esta mas diferentes. Estas propostas poderiam ter sido entregues fechadas sobre si mesmas, sem receber os contributos de quem importa, que neste caso são os pais, os professores, os alunos e todos aqueles que fazem parte das comunidades educativas.

Nesse sentido, diria que a colagem, ou a tentativa de colagem, deste projeto de revisão da estrutura curricular ao projeto da reforma da ex-Ministra Isabel Alçada é, no mínimo, injusta, no sentido em que, primeiro, este que agora discutimos se reverte e reflete uma abertura de debate que anteriormente não existia, e porque - isto foi devidamente esclarecido pelo Governo na audição pública que aqui fizemos e, creio, noutras declarações - esta é uma proposta que não se limita a fazer aquilo que fazia o anterior governo, que era ajustar o número de professores ou o número de horas por disciplina, mas vem acompanhada de uma revisão dos conteúdos e das metas curriculares que, pelo que nos diz o Governo, está a ser elaborada e será entregue em devido tempo.

Disseram aqui que fazer as coisas desta forma é começar a casa pelo telhado. Eu diria, no entanto, que, se estivermos interessados em que esta revisão possa avançar a tempo e horas - e admito que isto não seja igualmente tido como necessário por toda gente -, a organização do

ano letivo obriga a que a organização das horas esteja pronta a tempo e horas e é mais urgente, diria, do que a revisão ao nível dos conteúdos. Em todo o caso, neste aspeto, entendemos que os professores, as associações científicas e também este Parlamento têm uma palavra a dar, como têm uma palavra a dar quanto à proposta da estrutura em si.

Foi dito que poderia haver da nossa parte uma intenção de diminuir o papel dos professores ou a sua função basilar no sistema educativo. Digo-vos que, pela minha parte, isso não corresponde minimamente à verdade. Aliás, nessa matéria o CDS terá oportunidade de participar ao nível da revisão do Estatuto do Aluno naquilo que achamos ser fundamental, que é o papel do professor, o seu papel de autoridade na sala de aula e na escola.

Como se disse, também, que a intenção desta revisão era meramente financeira e económica, recordaria que o programa do CDS tinha inscrito o fim da Área de Projeto, o fim do Estudo Acompanhado, a concentração nas disciplinas a que chamávamos estruturantes, como o Português e a Matemática, sem esquecer as disciplinas da nossa identidade enquanto Nação e enquanto povo — a História e a Geografia — e consagrava claramente a necessidade de fazer uma revisão curricular.

Foram também deixadas aqui algumas questões que ainda não tínhamos ouvido, e quero dizer que foi com muita atenção que tomámos nota delas, nomeadamente a questão do papel da educação especial no ensino secundário. É uma questão que, francamente, ainda não tínhamos ouvido desta forma e de que tomámos boas notas.

Julgo que a proposta aqui feita, de introduzir as horas como diretor de turma no currículo para que se possa usar esse tempo de aula como diretor de turma sem o retirar ao tempo das disciplinas que dará na sua turma, é muito interessante.

A questão dos percursos alternativos já foi colocada várias vezes ao Governo e sabemos que está a trabalhar nela. Também foi colocada a questão do grupo de recrutamento para os professores de Educação Visual e Tecnológica (EVT), nomeadamente ao nível do 3º ciclo.

Apesar de já ter sido respondida devidamente pelo Governo, foi colocada, mais de uma vez, a questão do apoio ao estudo, sobre como se processará esse apoio. De facto, ele será de frequência facultativa mas de oferta obrigatória, de acordo com o que o Governo disse ser a sua intenção, ou seja, as escolas deveriam oferecer de forma obrigatória mas os alunos ou os pais inscrevem-se de forma facultativa.

Por fim, para respeitar os tempos acordados inicialmente, Sr.<sup>a</sup> Coordenadora, quero dizer que também questionámos o Governo sobre a questão dos estudos. O Governo, na audiência que deu a esta Comissão, na semana passada, indicou que faria chegar os estudos ao Parlamento, e julgo que, nessa altura, serão também públicos para os restantes interessados. Aguardamos esses estudos, que julgo que serão entregues de uma forma muito imediata, pois não deverá ser depois do fim do período de discussão pública.

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Pinto, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Acácio Pinto** (PS): - Sr.<sup>a</sup> Coordenadora, quero também, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, saudar todos os presentes, todos aqueles que quiseram associar-se a este debate sobre a proposta de revisão da estrutura curricular, sejam os professores, sejam os diretores de escola ou de agrupamento, sejam as estruturas sindicais, sejam as estruturas científicas, pedagógicas, sejam os pais.

O PS esteve na primeira linha da realização desta audição pública desde o início, porque entendemos que era fundamental criar um espaço onde todos estes agentes pudessem dizer o que pensam sobre esta revisão da estrutura curricular que nos é apresentada.

Foram muitos os pontos de vista aqui apresentados, como se pôde constatar, e estamos convencidos de que valeu efetivamente a pena esta audição, pese embora o facto de acompanharmos a opinião de que ela foi escassa e de que dever-se-ia ter tido mais tempo para podermos expandir de forma mais concertada e para que se pudesse desenvolver um contraditório mais efetivo.

Quero dizer-vos que muitas das mais de 40 intervenções que perpassaram por esta Sala do Senado merecem também o acompanhamento do PS e, nesse sentido, gostaria de sublinhar os principais aspetos das posições do PS relativamente ao conteúdo, à forma e ao processo desta reforma ou desta revisão da estrutura curricular que nos é apresentada.

Para o PS, esta foi mais uma área em que se prometeu uma grande reforma e em que se apresentou uma mera revisão da estrutura curricular, em que acabaremos, como se está e vai ver, numa mera aritmética de cargas horárias que trarão desemprego docente. O grave aqui, na nossa perspetiva, é que não haja uma quantificação, por parte do Ministério da Educação, quanto às implicações para os docentes desta proposta de revisão que nos é aqui apresentada, a bem do debate transparente que deveria ser efetuado.

Para além disso, estamos convencidos de que este será o documento mais pobre que alguma vez se apresentou em Portugal sobre questões curriculares. São meras quatro páginas, secas, direi, com quadros, sem nenhuma fundamentação, quer científica quer pedagógica, e sem dizer, afinal, qual o papel que se quer que os alunos desempenhem no futuro, na nossa sociedade e neste mundo altamente competitivo.

Quero dizer-vos, também, que não concordamos nem com esta situação, nem com os paradoxos que perpassam a proposta que o Governo nos apresenta, nem, já agora, com as contradições que o CDS e o PSD acabam por deixar nesta matéria, nomeadamente quando confrontados com posições de há meio ano atrás.

Não aceitamos que se elimine a disciplina de Formação Cívica, nos 2.º e 3.º ciclos e no 10.º ano, quando todos os estudos que se conhecem, a começar por estudos do Conselho

Nacional de Educação ou da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), apontam no sentido de se desenvolver a cidadania, que, como sabem, é uma plataforma de aprofundamento da legitimidade política, é uma plataforma de construção da identidade dos próprios alunos e de aprofundamento de valores, sendo até um espaço de autonomia das escolas que nos apraz também registar. Há aqui, portanto, um claro estreitamento curricular que é negativo para os alunos e para a escola pública.

Estamos em profundo desacordo, mais uma vez, com o desinvestimento no âmbito das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), não podemos regredir numa das áreas mais importantes para a competitividade. Há mais TIC para além de saber ligar e desligar um computador, assim como há mais Matemática para além de saber contar, somar ou dividir. Não concordamos que se acabe com as TIC no 3.º ciclo e que sejam atiradas para um bloco do 2.º ciclo que ninguém percebe muito bem como vai funcionar.

Temos igualmente a maior incompreensão perante uma linha discursiva que nos é apresentada e que quer combater a dispersão curricular, recorrendo até a estudos comparados com outros sistemas europeus, sem acautelar as circunstâncias e de forma segmentada, quando, por exemplo, no 2.º ciclo - e isto foi aqui referido - há inclusivamente uma pulverização curricular, precludindo, assim, o argumento inicial.

Há mais alguns aspetos que gostaria de referenciar rapidamente, para não ultrapassar em muito o tempo que me está distribuído.

Desde logo, gostaríamos de dizer que estamos perante um documento e uma linha política de forte e exclusivo enfoque na instrução, no ensino, no saber saber que nos parece excessivo. Em todas as frases e textos deste Ministério há uma aversão absoluta quanto às competências e às aprendizagens, que querem mesmo banir do dicionário; há um excesso incompreensível, não fundamentado, portanto.

Veja-se a este propósito, por exemplo, o despacho do Ministro Nuno Crato, de 23 de dezembro, em que se revoga o *Currículo Nacional do Ensino Básico - Competências Essenciais*, de 2001, com uma linguagem incomum - vou dizer «incomum» - para este tipo de documentos. Merece uma leitura atenta por todos, para além de, neste caso, não se saber o que fazer aos materiais, aos documentos avaliativos, produzidos com base naquele documento.

Dizem-nos que, mais tarde, haverá um documento — e entretanto? Depois, falam-nos em metas de aprendizagem, como sendo uma descoberta que aí vem, quando, como se sabe, elas já estão trabalhadas e já começaram a ser formulada, até pelo governo anterior, para o 1.º ciclo.

Ou seja, e para terminar, estamos perante uma alteração avulsa, superficial, sem fundamentação, e sem estudos de previsão das implicações desta proposta nas carreiras dos professores e para os diversos grupos disciplinares.

O PS está disponível para este debate, mas não está disponível para esta proposta, em concreto. Não nos revemos nela. Repito: é uma proposta pobre, avulsa, estritamente curricular,

de regresso a um modelo excessivamente centrado no ensino, na instrução e nada, nada na educação e na qualificação dos portugueses, como, em nossa opinião deveria acontecer.

*Aplausos gerais.*

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Dou, agora, a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Ester Vargas, em representação do Partido Social Democrata.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria Ester Vargas** (PSD): - Sr.<sup>a</sup> Coordenadora, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, saúdo todos os presentes, agradecendo os contributos produzidos no âmbito desta audição pública sobre a proposta de revisão curricular dos ensinamentos básico e secundário, que o Ministério da Educação entendeu por bem encetar, e que se encontra na sua primeira fase.

O momento que aqui vivemos hoje, ao longo desta manhã, foi bastante enriquecedor, até pela diversidade de visões veiculadas pelos diversos participantes, denotando o interesse que o tema desperta nas comunidades educativas.

É importante realçar que o processo de auscultação pública, que se encontra em curso até final do mês, representa uma inovação, e isto já que, desde 2004, não havia qualquer metodologia idêntica. A possibilidade que é dada aos diversos intervenientes de se pronunciarem, isolada ou coletivamente, sobre esta proposta denota uma nova postura, uma nova maneira de fazer política, promovendo o envolvimento e a participação ativa de todos.

Não se apresentam os factos como consumados mas, ao invés, aproveita-se o maior número possível de sugestões para que possam ser implementadas as medidas mais eficazes, da forma mais consensual possível.

Entende o PSD que esta revisão curricular é fundamental para a melhoria do nosso sistema educativo, na medida em que se centra no que é essencial e verdadeiramente estruturante, eliminando a dispersão.

A prioridade dada à Língua Portuguesa e à Matemática, bem como à História e à Geografia, dotará os alunos de conhecimentos mais sólidos que terão igualmente a sua repercussão noutras áreas do saber.

A valorização do conhecimento científico, a introdução de um maior rigor na avaliação, a par do conceito de que a formação cívica é tarefa de todas as áreas do saber, merecem o bom acolhimento por parte do Partido Social Democrata, até porque grande parte destas medidas estava já plasmada no Programa Eleitoral que foi sufragado pelos portugueses, no último ato eleitoral.

Qualquer revisão implica sempre uma alteração do que está definido, e o ser humano é, muitas vezes, avesso a alterações de imediato. Decidir é optar, é fazer uma escolha, seguir um rumo; logo, é natural que haja outras visões, outros entendimentos sobre a mesma questão.

Ao ser promovida a discussão pública, o documento base proposto pelo Governo ficará mais enriquecido, e isto porque, com os contributos de todos - que não deixarão de ser analisados e ponderados, dado que esta proposta não é um documento fechado, é um documento aberto e que, portanto, ainda poderá ser suscetível de alterações - teremos um sistema, então, mais adequado às necessidades dos nossos jovens, ajudando-os a melhorar as suas qualificações e preparando-os com maior rigor e exigência para a vida ativa e para o exercício da cidadania.

Termino, congratulando-me com o facto de a própria Assembleia da República se assumir como parceira nesta questão, ao trabalhar este *dossier*, sendo que os contributos e as intervenções desta manhã, que já vai longa, de extrema importância para uma reflexão que se quer mais profunda sobre esta matéria. São os nossos jovens, os nossos alunos que merecem, é o nosso País que necessita.

Com o empenhamento de todos, ainda que com as nossas visões diferentes, vamos, com certeza, conseguir melhorar o nosso sistema de ensino.

*Aplausos.*

A Sr.<sup>a</sup> **Coordenadora** (Maria José Castelo Branco): - Por último, antes de encerrar os trabalhos, permitam-me que agradeça, mais uma vez, a participação de todos, num total de 45 intervenções.

Os contributos escritos, que nos têm chegado, são também já em número superior a 20, para além daqueles que estão a ser encaminhados para o Ministério da Educação, e que, como sabem, ainda podem ser enviados até ao final do mês.

Quando se pretende centrar o sistema educativo no aluno e focalizar o sistema na definição do que o aluno necessita que a escola lhe ensine, hoje, para que ele possa dar resposta às solicitações da sociedade atual, esta audição não é, como alguém dizia, «perder tempo»; é, antes, um exercício pleno da nossa cidadania, que consiste em participar na construção deste processo de revisão curricular.

Saliento que é uma primeira fase que estamos a viver, porque, para que o processo decorra de uma forma ponderada e assertiva, não se compreenderia, não seria compatível com uma abordagem de todas as frentes, ao mesmo tempo. Tem de ser faseado, para que resulte de forma ponderada, porque já estamos saturados de atropelos na educação.

Quero salientar, ainda, que outras fases se seguirão neste processo e que todas elas devem ser analisadas tendo sempre por base o objetivo principal, que é o de munir os nossos jovens dos saberes e competências que lhes permitam enfrentar, com sucesso, os desafios de

hoje e amanhã, no trabalho e na vida pessoal. Estes objetivos só serão atingidos com uma educação integral e plena, e, para a sua construção, todos os agentes do sistema educativo devem participar, de forma aberta e construtiva.

Ainda ontem, nesta Sala, ouvimos, a propósito de uma homenagem a Passos Manuel, citarem, retirarem um excerto de um discurso seu, em que ele dizia que «para destruir, basta um pigmeu; para construir, é necessário um gigante».

Que saibamos unir-nos, em prol da nossa juventude, dos nossos jovens e do futuro do nosso País!

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a audição.

---

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL